



Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Tadeu Lúcio Machado, Carlos Simões, Dirceu Manfrinato, Ernani Puddell e Renato Adur. (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Offícios:

OFÍCIO Nº 20/92

Prezado Presidente.

A finalidade do presente é justificar nosso não comparecimento às Sessões Ordinárias dos dias 31 de março, 1º e 2 de abril do corrente ano.

Os motivos que impediram-nos de comparecer, foram problemas de saúde com pessoa de nossa família e que, dada a sua gravidade, exigiram de nós, atenção permanente.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveitamos a oportunidade para externar votos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) ADEMAR TRAIANO

OFÍCIO Nº 1195/92

Excelentíssimo Senhor.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 09.04.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs 492/91, 592/91, 605/92, 005/92, 067/92, 068/92, 042/92, 069/92 e 070/92.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 10 Sessões, do Projeto de Lei nº 526/91, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 422

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo um voto de profundo pesar pelo repentino passamento da Senhora Lêa Dias, ocorrido no dia 08 de abril próximo passado.

Esposa do goleiro Luiz Henrique, do Paraná Clube, Dona Lêa Dias era uma mulher extremamente dedicada ao esposo e profunda incentivadora de sua carreira esportiva.

Ontem, 08 de abril, quando assistia a partida entre o Paraná Clube e o Londrina, Dona Lêa não resistiu à emoção de ver o time de seu esposo classificado para a 1ª divisão do futebol brasileiro.

Que esta proposição possa manifestar o profundo pesar deste Poder Legislativo à família de Dona Lêa, especialmente, ao seu esposo, Luiz Henrique.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela passagem dos 39 anos de fundação da Rádio Estadual do Paraná, transcorrido no dia 31 de Março de 1992, votos estes, extensivos ao Presidente, Senhor José Oldenir Colombo, e sua equipe. Rua Cruz Machado, 66/4º andar - Centro.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Senhor José Constantino, DD. Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, pela outorga do "Título de Contador Emérito do Paraná", lhe concedido pela Federação Paranaense de Contabilidade.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

E sem sombra de dúvidas o Senhor José Constantino merecedor do título que consagra a sua carreira de contabilista.

Nada porém acontece na vida do cidadão que tenha sido conquistado facilmente.

É o caso do homenageado.

Aliando sua inteligência e trabalho aos anos de luta travada no dia a dia de sua vida, foi amealhanc prestígio que o levou a Vice-Presidência da Associação Co-

mercial e Industrial de Arapongas.

José Constantino honra a classe que pertence e orgulha os araponguenses.

Por tudo isso, minha manifestação.

REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Paraná Clube pela sua classificação para a primeira divisão do futebol brasileiro.

No dia 08 de abril próximo passado, em brilhante partida contra o Londrina Futebol Clube, o Paraná conquistou a oportunidade de participar da 1ª divisão do futebol brasileiro.

Certo de que tal classificação resultou de um trabalho de equipe, envolvendo jogadores, técnicos, preparadores, diretores e torcedores, proponho que a Assembleia se manifeste àquele Clube, congratulando-se pela importante conquista.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, votos de aplauso à Excelentíssima Senhora Dra. Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, MM. Juíza do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, pelo seu ingresso como primeira mulher juíza de um Tribunal e a primeira mulher no País a ser nomeada pelo quinto constitucional.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A homenageada, Dra. Regina Helena Afonso de Oliveira Portes que saiu da Universidade Federal do Paraná em 1972, deseja oferecer ao Tribunal de Alçada contribuição definitiva à Justiça do Estado.

Dra. Regina foi a primeira mulher a ocupar a vice-presidência da OAB-PR e membro do Conselho da Ordem.

Foi também membro da comissão Estadual dos Direitos Humanos, secretária administrativa do Instituto do Advogados do Paraná e colaborou na Comissão Temática da Ordem Econômica e Social da Constituinte Estadual com trabalhos relativos aos direitos da mulher.

O Governador do Estado do Paraná preferiu nomear a Dra. Regina devido seu talento e inteligência demonstrados durante 20 anos de militância nos ramos do Direito Civil, Criminal e de Família.

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, votos de aplausos ao Excelentíssimo Senhor Dr. Luís Carlos Delázari, MD. Procurador-Geral da Justiça, pela sua investitura no cargo de Procurador-Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O homenageado, Dr. Luís Carlos Delázari, militou como advogado em vários comarcas do norte e noroeste do Paraná, tendo sucesso na defesa de seus constituintes.

Em 1970 prestou concurso público para o cargo de Promotor de Justiça e foi aprovado com distinção.

Encontra-se em seu currículo cursos como:

- Pós graduação em Direito das Relações Sociais pela Universidade Estadual de Londrina - UEL - PR;
- Especialização em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC - SP e
- Especialização em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo - USP.

Seu nome foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e referenciado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por sua maioria absoluta, sendo aprovado para o cargo de Procurador-Geral da Justiça.

Desejamos ao ilustre Procurador-Geral pleno êxito no exercício de seu cargo.

E a justificativa.

REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a reserva do Plenarinho da Assembleia Legislativa para o dia 23 de abril próximo, das 09:00 às 18:00 horas, para abertura do Seminário "Guarani - Kai-gang: Inimigos Míticos no Passado, Aliados Políticos no Presente".

Requerem também que a Assembleia Legislativa convide as seguintes pessoas para serem palestrantes:

- Kimiye Tomasino - antropóloga - UEL;
- Maria Lígia Pires - Pró-reitora - UFPR;
- Cecília Helm - antropóloga - UFPR;
- Sérgio de Campos - FUNAI;
- Pedro Cornélio Secseg - Marreca dos Índios - Turvo;
- José Carlos Gabriel - Mangueirinha;
- Ailton Krenak - Centro de Pesquisas Indígenas de São Paulo.

Requerem ainda, que a Assembleia Legislativa arque com os custos deste evento, conforme solicitado na elaboração do projeto para a criação da Comissão Parlamentar para averiguação da situação do

Índio no Paraná.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

PAULO MAIA

CEZAR SILVESTRI

CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 431

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, e com base no artigo 35 do Regimento Interno desta Casa, vêm REQUERER a formação de uma Comissão Especial Suprapartidária para averiguar casos de trabalho escravo em fazendas deste Estado como o caso denunciado e comprovado "in loco" na Fazenda Gralha Azul, no Município de Laranjeiras do Sul.

Há uma série de outros casos que já vêm sendo denunciados e precisam ser averiguados.

Dai o nosso requerimento, que propõe uma Comissão Especial formada por 5 Deputados, que no prazo de 60 dias devem levantar os possíveis casos de trabalho escravo, visitar os locais, ouvir testemunhas e desenvolver todo o procedimento cabível.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

PAULO MAIA

TOTI COLAÇO

MARIO BEZERRA

ELIO RUSCH

Apoiamento: José Tavares, Doutor Rosinha, Algaci Túlio, Arlindo Troian, Lourenço Fregonese e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

E absolutamente inconcebível que em pleno limiar do século XXI, ainda se constate a existência de trabalho escravo em fazenda deste Estado. Tamaña violência não pode ser deixada impune!

Os depoimentos dos três trabalhadores que fugiram da fazenda em Laranjeiras do Sul, ontem presentes na Sessão desta Casa, retratam uma situação chocante, brutal, inaceitável por qualquer ser humano decente e que tenha um mínimo de sensibilidade em relação a seus semelhantes.

A possibilidade de existência de outros casos desta natureza deve envergonhar a todos nós, que fomos eleitos pelo voto popular.

A indignação e o compromisso de lutar contra este tipo de coisas é o mínimo que podemos fazer.

Por isso conclamamos todos os democratas, colegas de trabalho nesta Casa de Leis, a votarem a favor deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, solicitando o estudo de viabilidade para a extensão de cursos da Universidade do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO, para o município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação da comunidade laranjeirense-do-sul, em especial do Vereador Silvestre Chruscinski, se caracteriza de extrema justiça, sendo antiga aspiração do Município, contando com o apoio de toda a população, além do Senhor Prefeito Municipal e da unanimidade dos seus Vereadores.

Ocorre que, diariamente, mais de uma centena de acadêmicos atualmente tem que se deslocar à Guarapuava, sede da Universidade, a fim de frequentar um curso superior, correndo constantemente risco de vida, numa rodovia de intenso movimento e de alta periculosidade, como é a BR-277.

Saliente-se ainda, que tal reivindicação encontra receptividade junto à Reitoria daquela Universidade, que deseja os seus cursos em outras Cidades da Região.

Dessa forma, solicitamos ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, que invide esforços junto ao Conselho Estadual de Educação, no sentido de se fazer estudo de viabilidade para a extensão dos cursos daquela Universidade do Centro Oeste do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, solicitando o estudo de viabilidade para a extensão de cursos da Universidade do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO, para o município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de antiga e justa reivindicação da comunidade de Pitanga, que aspira ter em seu Município cursos da UNICENTRO, para atender a demanda dos acadêmicos, que atualmente têm que se deslocar todos os dias à Guarapuava a fim de dar continuidade aos seus estudos.

Há que se salientar, que tal solicitação encontra receptividade da Reitoria daquela Universidade que não vê obstáculos

no solicitado.

Assim, solicitamos ao Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, que invide esforços junto ao Conselho Estadual de Educação, no sentido de se fazer estudo de viabilidade para a extensão de cursos daquela Universidade ao Município de Pitanga.

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, o envio de expediente a Secretaria de Estado da Educação, substanciado em apelo para que, através da FUNDEPAR, sejam destinados recursos para a execução de obras nos estabelecimentos de ensino abaixo nominados, no Município de Doutor Camargo.

COLÉGIO ESTADUAL DR. CAMARGO

- Obras: Reforma, pintura e construção de duas salas de aula pré-escolar.

ESCOLA ESTADUAL REGENTE FEIJO

- Obra: Pintura geral

ESCOLA ESTADUAL TRANCEDO NEVES

- Obra: Construção de duas salas de aula.

Sala de Sessões, em 09.04.92

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O apelo que se faz, tem por objetivo agilizar a liberação de recursos, para que se possa atender à população daquele Município que vem se ressentindo de maior número de salas de aula para atender o seu rápido crescimento populacional em idade escolar.

Espera-se pois, que esta Secretaria de Estado da Educação dê à presente reivindicação um atendimento que espelhe a sensibilidade que deve orientar o administrador, em vista aos reclamos da Comunidade.

REQUERIMENTO Nº 413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao M. Reitor da UNICENTRO, em Guarapuava, solicitando seja estendido os Cursos ministrados por aquela Conceituada Universidade, ao Município de Prudentópolis.

Fundamentado em diversas solicitações de centenas de estudantes do Município de Prudentópolis, este pleito se faz com inteira justiça, haja vista os enormes problemas advindos no deslocamento dos estudantes, face ao longo trecho a ser percorrido até o Município de Guarapuava, onde se encontra sediada aquela entidade educacional.

Por outro lado, estaríamos prestigian-do aquela pujante mocidade, tendo em vista

a sua garra no engrandecimento de sua Cidade, pois, sem dúvida alguma, serão os futuros responsáveis pela sua administração, no campo econômico, nas atividades educacionais, liberais, etc., além de considerar o fortalecimento da UNICENTRO naquele importante Município, através de seu braço forte.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 414

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Superintendente do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, solicitando o recapeamento asfáltico da BR-277, trecho: Município de Palmeira à Irati a Relógio, tendo em vista que aquele trecho, encontra-se intrafegável, com a elevação do número de acidentes de trânsito, ceifando diversas vidas. Por outro lado, e do ponto de vista econômico, aquela Rodovia é uma das mais importantes veias por onde escoam a economia do Paraná.

No aguardo das devidas providências, aguardamos uma resposta positiva quanto a propositura aludida.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente da SANEPAR, solicitando a implantação de uma extensão de 91 metros de rede de água na Rua Rodolfo Wollff, no Município de São Mateus do Sul.

Esta solicitação vem consubstanciada em pleito feito pelo Excelentíssimo Senhor Vereador OMAR ORESTES OLIVEIRA, daquela municipalidade, face inúmeras pessoas que serão beneficiadas com tal obra, uma vez serem de baixo poder aquisitivo, e estarem atualmente utilizando água de poço, o que nos preocupa ante o surto de cólera existente a nível nacional, bem como outras doenças que poderão advir.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária da Cultura, GILDA POLI

ROCHA LOURES, a fim de que a mesma preste esclarecimentos sobre a dispensa dos serviços da renomada professora Maria Cecília Araújo de Noronha, atendendo indagações que seguem:

- 1 - Que motivos e critérios nortearam o ofício encaminhado do Secretário de Estado da Educação, devolvendo, após 13 (treze) anos, a Professora de História da Arte, Maria Cecília Araújo de Noronha, dispensando-a de forma abrupta e intempestiva, impedindo-a de ministrar aulas a mais de cem alunos do "atelier" do Museu Alfredo Andersen?
- 2 - Tal atitude seria normal em pleno ano letivo? Se existe um planejamento de atividades, foi avaliada a extensão do prejuízo em relação ao corpo discente, privado dos conhecimentos que a Professora deveria transmitir-lhes?
- 3 - Seria do conhecimento da Secretária da Cultura, Gilda Poli Rocha Loures, que a Professora Maria Cecília Araújo de Noronha é reconhecida como uma grande autoridade no campo de Artes Plásticas, não apenas a nível de Paraná, mas de reconhecimento nacional?
- 4 - A referida dispensa teria sido ocasionada pelo fato de a Professora Maria Cecília Araújo de Noronha exercer funções técnicas como curadora-geral do Salão de Artistas Plásticos Curitiba Arte 8?
- 5 - Por que tal dispensa foi decidida um dia após o lançamento do citado evento, quando o seu coordenador-geral, o jornalista Alcy Ramalho Filho, proferiu duro e objetivo discurso, criticando a atuação da Secretária Gilda Poli?
- 6 - Que ligação existe entre os fatos citados?

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO Nº 419

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Senhor Governador Roberto Requião, pedindo o cumprimento do Artigo 224 da Constituição Estadual e a viabilização de recursos às Casas de Estudantes, a fim de que possam superar as dificuldades por que passam.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

"O Estado destinará recursos orçamentários às casas de estudantes." (Art. 224, ADCEG, da Constituição Estadual).

Não é de hoje a situação difícil por que passam as casas que abrigam estudantes

no Paraná. E também não é ela desconhecida de nossas autoridades. Prova disso é que o assunto é tratado na própria Constituição Estadual, conforme prescrito acima. Em que pese o dispositivo constitucional ser claro, lamentavelmente, até hoje, nenhum cruzzeiro foi repassado àquelas instituições.

Antes, pelo contrário, o que vimos, em 1991, foi o Governo retirar daquelas instituições a gratuidade no fornecimento de água e energia elétrica, impondo-lhes mais um pesado ônus.

Além de serem obrigados a pagar por esses consumos, as CE's foram abandonadas pelos órgãos oficiais. Com menos recursos e mais despesas, essas instituições que abrigam centenas de estudantes do Paraná e de outros Estados, estão com suas estruturas físicas cada vez mais ameaçadas por problemas nas instalações hidráulicas e elétricas. Em pleno período de inscrições para novos moradores, as casas de estudantes correm atrás de recursos e doações, inclusive no exterior.

De todas as instituições dessa natureza, quatro chamam a atenção, pela gravidade da crise que atravessam: a CEUC (Casa da Estudante Universitária de Curitiba), a CEU (Casa do Estudante Universitário), a CELU (Casa do Estudante Luterano Universitário) e a ALAJEL (Associação do Jovem Estudante Luterano).

Estas casas atendem um número elevadíssimo de estudantes oriundos do interior do Paraná, principalmente os que estão vindo à Curitiba para estudar e não têm recursos para outro tipo de alojamento.

As CE's são, na verdade, u'a mão generosa estendida aos estudantes que se dispõem a enfrentar dificuldades para pavimentar um caminho de futuro com estudos e dedicação.

Não pode o Estado desconhecê-las.

Diante disso, o que se requer, é a atenção do Estado para estas instituições, com o cumprimento do dispositivo constitucional.

Que do presente dê-se ciência às diretorias das entidades supramencionadas.

REQUERIMENTO Nº 420

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial ao Poder Legislativo do Estado à Companhia Paranaense de Energia, COPEL, solicitando a instalação de rede de energia na Vila Jardim Natal, no bairro do Pinheirinho, nesta Capital, conforme croqui anexo.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos a região citada no

Curitiba, quinta, em 09.04.92

presente requerimento experimentou um extraordinário crescimento populacional. Hoje, apesar de ser grande o número de moradores na localidade, eles ainda carecem de alguns serviços básicos, como por exemplo, o benefício da energia elétrica.

Diante disso, confiamos nas providências a serem adotadas pela COPEL, a fim de viabilizar o atendimento ao pleito.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor José Kudlinski.

REQUERIMENTO Nº 421

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário no pátio externo do Posto Belém, na Av. Canal Belém, esquina com Rua Alvorada, nesta Capital.

Conforme o abaixo-assinado anexo, os moradores da localidade em questão estão atravessando sérias dificuldades quando da necessidade de comunicação telefônica. Ocorre que o telefone mais próximo está instalado há uma considerável distância da localidade em questão. Não bastasse isto, o telefone encontra-se instalado no interior de um armazém na avenida Salgado Filho e após às 20:00 horas, o armazém é fechado, impedindo que os moradores utilizem o aparelho.

Diante disto, confiamos nas providências da TELEPAR, a fim de viabilizar o atendimento ao pleito constante do presente.

Sala das Sessões, em 08.04.92

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda, solicitando o empenho político do primeiro, junto aos demais Governadores e a apresentação, pelo segundo, junto ao Conselho de Política Fazendária-CONFAZ, de proposta visando a redução do ICMS, de 13% para 7%, por tempo determinado, sobre as exportações do excedente da safra de milho relativas à produção de 1991/92.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Apesar de terem sido colhidos apenas 40% da safra de milho do Paraná, as cooperativas e analistas, prevêm que a produção seja das maiores. Em todo o Brasil, a produção deverá chegar a cerca de 29,133 mi-

lhões de toneladas, lotando o mercado e obrigando os produtores a vender seus produtos abaixo do preço mínimo.

Note-se que o preço mínimo do milho para o mês de abril é de Cr\$ 12.500,00 a saca, entretanto, os preços já vêm sendo praticados a Cr\$ 10.000,00, no máximo.

Dessa forma, segundo as previsões, o excedente, que deverá ser de 4 a 5 milhões de toneladas, teria como única saída a exportação.

Porém, os produtores, para embarcar seus produtos no porto, pagam 13% de ICMS, o que inviabiliza a comercialização no mercado externo, por falta de competitividade de preços.

Assim, o que se propõe, é o empenho político do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, junto aos demais Governadores da Federação e a apresentação da proposta de redução da alíquota para 7%, pelo Senhor Secretário da Fazenda, junto ao Conselho de Política Fazendária - CONFAZ, tornando viável, dessa forma a comercialização no exterior, em igualdade de condições com os demais produtores.

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente da EMATER-PR, Sr. José Tarcisio Fialho e ao Chefe do Escritório Regional de Cascavel, Sr. Renato Jasper, solicitando seja suspensa a transferência do Técnico Honório Conte, funcionário do Escritório Local de Cêu Azul, atendendo solicitação da comunidade, de acordo com documentos anexos.

Sala das Sessões, em 09.04.92

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncia publicada nos jornais, cuja cópia segue em anexo, o motivo de tal transferência tem cunho político, uma vez que a comunidade reconhece o trabalho do funcionário, o qual tem participação ativa na vida da sociedade local, sendo Secretário Executivo da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Cêu Azul e Membro da Comissão de Solos do Município.

Segundo as denúncias a decisão de transferência sai "coincidentemente" no momento em que anuncia-se a possibilidade de candidatura a vereador, do Técnico Honório Conte, pelo Partido dos Trabalhadores. Delineando-se assim o caso como pura perseguição política.

REQUERIMENTO Nº 409-A

SOMULA: REQUER encaminhamento de pedido de informações junto a Secretaria de

Estado da Administração, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 053/92, que autoriza o Poder Executivo a anuir em ratificação de instituição de usufruto, em favor de Fundação João XXIII, e dá outras providências.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 053/92, ao final subscritos, requer, na forma prevista pelo Artigo 28, inciso XIII, combinado com o Artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90 que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado da Administração, a fim de que a mesma se pronuncie sobre o assunto e responda aos seguintes quesitos:

a) Porque tais imóveis não retornaram ao patrimônio do Estado quando esgotou o prazo de validade das doações e não cumpridas as finalidades das mesmas? Já que sendo os imóveis, objetos atuais de autorização de usufruto e de concessão de direito real de uso, de anterior propriedades do Estado, onde ambos foram objeto de doação ao Município de Campo Largo e a Sociedade das Senhoras Libanesas do Paraná, com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade e com cláusula específica de reversão ao patrimônio do Estado caso não cumprida a finalidade de doação.

b) Como permitiu o Estado que a doatária (Sociedade Beneficente das Senhoras Libanesas do Paraná) passa-se por escritura pública de instituição de usufruto a favor de outra entidade imóvel doado à ela já esgotado o prazo de validade da referida doação?

c) Porque permitiu o Estado que o Município de Campo Largo desse posse tranquila em terreno em que a doação feita a seu favor com prazo de validade expirado e sem cumprida a finalidade da doação, sem exigir o retorno deste imóvel?

Sala das Sessões, em 09.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO e
NELSON JUSTOS.

PROJETO DE LEI Nº 053/92

SOMULA: Autoriza o Poder Executivo a anuir em ratificação de instituição de usufruto, em favor da Fundação João XXIII, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir e ratificar a instituição de usufruto efetuado pela Sociedade Beneficente das Senhoras Libanesas do Paraná, inscrita no Ministério da Fazenda sob o número 76.451.368/0001-38, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, em favor da Fun-

doação João XXIII, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Ministério da Fazenda - sob o número 77.786.689/0001-56, com sede em Campo Largo, Estado do Paraná, através da escritura pública, averbada à margem da matrícula nº 8.346, de 11.3.1991, para os fins de implantação de obra de Assistência Social, na forma mencionada no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.335, de 16 de junho de 1980.

Parágrafo Único - O prazo para a implantação da obra referida no "caput" deste artigo é estabelecido em 6 (seis) anos, a contar da vigência desta lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo, igualmente, autorizado a anuir em concessão de direito real de uso, gratuita, que o Município faz ao cidadão Manoel Pedro Vidal, morador na cidade de Campo Largo, portador da Cédula de Identidade (RG) número 779.068, PR, de uma área de 4.394,24m² (quatro mil, trezentos e noventa e quatro metros e vinte e quatro decímetros quadrados), contendo uma casa de madeira com 96m² (noventa e seis metros quadrados), que mede 20,20m, mais 8,90m de frente para uma rua de acesso, daí segue com 62,30m e limita com a rua de acesso e com a área remanescente do lote "A", daí segue na mesma confrontação e mede as respectivas distâncias de 60,90m e 70m e finalmente por cerca de arame limita com terreno de José Ferreira dos Santos na distância de 66,20m, localizada em Campo Largo, de propriedade do Município de Campo Largo, a ser desmembrada de área maior, constante da Matrícula nº 8.540, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, que o Estado do Paraná doou ao referido Município, conforme a Lei nº 7.335, de 16 de junho de 1980.

Parágrafo Único - A área a ser objeto concessão de direito real de uso será gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e deverá ser utilizada pelo beneficiário e seus sucessores exclusivamente para fins de sua moradia e cultivo para sua subsistência.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo regularizar duas situações, as quais vinculam-se com o imóvel anteriormente doado pelo Estado do Paraná ao Município de Campo Largo e para a Sociedade das Senhoras Sírío Libanesas.

Através do artigo 3º e respectivo parágrafo único da Lei Estadual nº 7.335, de 16 de junho de 1980, publicada no Diário Oficial de 18 de junho do mesmo ano, foi

autorizada a doação àquela sociedade para o exclusivo fim de implantação de obra assistencial de amparo ao idoso carente de uma área de 26.000,00m², obra esta que deveria estar concluída no prazo de 10 (dez) anos, contados da escritura de doação, ocorrida dia 07 (sete) de abril de 1982. Sucede que, por contingências várias, não logrou-se efetivar a construção até esta data, havendo, no entanto, a Sociedade diligenciado junto a Prefeitura Municipal para as tratativas do empreendimento, resultando, afinal, em data de 04 de março de 1991, na formalização por parte da mencionada Sociedade da outorga em favor de uma fundação municipal, "FUNDAÇÃO JOÃO XXIII", de instituição de usufruto gratuito, para, em conjunto, Sociedade e Fundação, edificarem a referida obra assistencial, de conformidade com as condições estabelecidas na mencionada escritura de usufruto. Não atentou-se, à época da instituição, para a circunstância de que a doação originária dos imóveis, tanto em relação ao Município de Campo Largo, como para a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírío Libanesas, ficou gravada dos ônus de inalienabilidade e impenhorabilidade, configurando, assim, restrição quanto à imposição de qualquer ônus real sobre tais imóveis sem prévia aquiescência do Estado do Paraná, conforme a redação do artigo 3º da Lei nº 7.335, de 1980. Assim, para a regularização da questão propõe-se no projeto de lei a aprovação de autorização para que o Estado ratifique a instituição do usufruto, que é um ônus real incidente, para os fins propostos, os quais são idênticos ao anteriormente aprovado por esta Casa, quando da edição da mencionada Lei nº 7.335, de 1980.

Em relação a matéria disciplinada no artigo 2º do projeto de lei, cuida a mesma por autorizar a instituição de concessão de direito real de uso em favor do cidadão lá mencionado, relativa a uma área de 4.394,24m², contendo uma benfeitoria de natureza residencial e que vem sendo ocupada pelo mesmo há mais de vinte anos (20) como moradia e agricultura de subsistência.

Ambas as situações, efetivamente, não desnaturam a essência da doação original, mantendo suas características, razão pela qual entende-se merecerem aprovação desta Casa.

Sala das Sessões, em 11.04.92

(a) NEIVO BERALDIN
Deputado Estadual

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Estado do Paraná
"Lei nº 895"

DATA: 10.12.90

SOMULA: Revoga disposições da Lei nº 840

de 4 de dezembro de 1989, conforme específica.

A CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A construção realizada pela Fundação "João XXIII", a manutenção e administração de obra assistencial, a cargo da Fundação, será efetivada em terreno de propriedade da Sociedade Beneficente das Senhoras Sírío-Libanesas do Paraná, situado nesta cidade, constante da matrícula nº 8.346 - do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, a ser objeto de instituição de direito real de usufruto pela proprietária, em favor da Fundação "João XXIII".

Parágrafo Único - O direito real de usufruto a ser instituído pela proprietária em favor da Fundação "João XXIII", no terreno referido no "Caput" deste artigo, deverá fixar, obrigatoriamente, a administração do empreendimento a cargo da Fundação, a sua duração subordinada, exclusivamente, aos fins de amparo a pessoas carentes de avançada faixa etária e, também, previsão, em caso de dissolução, assegurando-se, em favor da proprietária e usufrutuária, direito mútuo de ressarcimento do terreno, construção e acessórios, inclusive, através da concorrência pública, na ausência de acordo entre os mesmos.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar os repasses de verbas, previstas no orçamento do exercício de 1991, em favor da Fundação "João XXIII", destinadas à construção do empreendimento referido nesta Lei.

Art. 3º - Esta Lei, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 840, de 4 de dezembro de 1989, entrará em vigor na data de sua publicação em órgão oficial do Município.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 10 de dezembro de 1990.

Dr. AFFONSO PORTUGAL GUIMARÃES
Prefeito Municipal

CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS
CAMPO LARGO - PR

MARIA ELISABETE POLI KUROWSKI
Oficial Designada

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAMPO LARGO - PARANA

ALVARO ARAUJO ANDRADE

Tabelião e Oficial de Protestos de Títulos
CPF 111094089-00

JOAQUIM RIBAS DE ANDRADE NETO

FLORESTINA ANDRADE STOCCO

emp. Juramentados

Rua Rui Barbosa, 1041 - Esq. c/Rua Mal.
Deodoro - Fone: 292-1841

LIVRO Nº 227

FOLHAS Nº 001

Escritura Pública de Instituição de Usufruto, que entre si fazem: - Fundação João XXIII, com a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírío-Libanesas do Paraná, como segue:

SAIBAM: quantos esta pública escritura, virem que aos quatro (4) dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), nesta cidade e comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, em cartório, perante mim tabelião, compareceram partes entre si justas, avindas e contratadas, a saber: como outorgante usufrutuária: FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº 77.786.689/0001-56, com sede na Avenida Desembargador Clotário Portugal nº 842, nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Presidente LUIZ ANTONIO CHAGAS, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da CIRG nº 524.863-PR. e CIC nº 028.642.239-53, residente à Rua Marechal Deodoro nº 116, nesta cidade; e, como outorgada proprietária: SOCIEDADE BENEFICENTE DAS SENHORAS SIRIO-LIBANESAS DO PARANA, inscrita no CGC/MF sob nº 76.451.368/0001-38, registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba-PR. sob nº 593, Livro "A" de Pessoas Jurídicas, com sede na Rua Padre Anchieta nº 262, em Curitiba PR, neste ato representada por sua Presidente LOURETE FAYAD TACLA, brasileira, viúva, do lar, portadora da CIRG nº 156.497-PR. e do CIC/MF sob nº 381.190.369-67, residente em Curitiba-PR., aqui de passagem; os presentes reconhecidos pelos próprios de mim tabelião, do que dou fê; e aí pelos representantes legais, me foi dito que de comum acordo, constratarem o seguinte: CLAUSULA 1ª: a proprietária, devidamente autorizada por reunião da Diretoria, havida em data de 13 de novembro de 1990 (ata anexa), institui, na forma do art. 713 e seguintes do Código Civil Brasileiro, direito real de usufruto gratuito sobre o imóvel de sua propriedade com as seguintes características: - "Lote de terreno urbano, designada pela letra e número B-2, da Planta de Subdivisão arquivada no CRI da Comarca de Campo Largo sob nº 3.348, com situação no quarteirão de Campo Largo, com e confrontações: o ponto de partida tem início no marco nº 1, à beira de um valo na margem da estrada que de Campo Largo vai para a Colônia Cristina, em confrontações com o lote "C", deste ponto segue margeando o valo fazendo frente para a Estrada da Colônia Cristina, com os rumos de 42°17' NE, 36°57' e 24°27' NE, com as extensões de 69,40m, 59,30m e 60,00 metros,

encontra-se cravado em um campo que divide o lote B-2 do B-1, daí faz ângulo com deflexão para a direita e segue no ramo de 41°58'SE, com a extensão de 172,00m a encontrar outro marco em um outro canto do lote, até aqui confrontando com o lote B-1, daí faz ângulo com reflexão para a direita e segue na confrontação com propriedade do Estado do Paraná, no rumo de 48°02'SW-NE com a extensão de 180,00m a encontrar o marco de nº 4 que divide o lote "C" do lote B-2, daí faz ângulo para a direita e segue confrontando com o lote "C" no rumo 41°58' SE, com a extensão de 134,00m a encontrar o marco onde iniciou, perfazendo a área superficial de 26.000,00m² (vinte e seis mil metros quadrados), no valor de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros). Havido pelo Registro nº 1 da Matrícula nº 8.346 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Campo Largo, em favor da ora denominada usufrutuária, FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, devidamente autorizada através da Lei Municipal nº 895 de 10 dezembro de 1990, para os fins adiante descritos. CLAUSULA 2ª: O usufruto do imóvel é efetuado para os fins de, por intermédio da usufrutuária, com recursos próprios e repasses de verbas condizentes pela Prefeitura Municipal de Campo Largo, nele edificar um CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, destinado à prestação de assistência a pessoas carentes de avançada faixa etária. Parágrafo Primeiro: A usufrutuária se compromete a prestar a referida assistência em nível de boa qualidade, com as características usuais de tal serviço, in- TUARIA, comprovadamente, der outra destinação ao CENTRO que a prevista neste instrumento ou descumprir o previsto no § 1º da cláusula 2ª ou ainda demonstrar desinteresse pelo empreendimento, não podendo, no entanto, alegar razões decorrentes da Administração Municipal para tanto. Parágrafo primeiro: Na ocorrência dessa situação e na impossibilidade de acordo entre a PROPRIETARIA e a USUFRUTUARIA em relação à entidade que prosseguirá o empreendimento ou em relação à construção, benfeitorias e demais acessórios existentes, serão as mesmas, inclusive o terreno, alienados mediante concorrência pública, cabendo à PROPRIETARIA o valor do terreno e à usufrutuária o valor da construção, benfeitorias e acessórios existentes. Parágrafo segundo: Na ausência de acordo a que se refere o parágrafo anterior, e caracterizada mediante notificação com prazo de 30 (trinta) dias, a concorrência será realizada pela USUFRUTUARIA. ASSIM O DIS- SERAM E DOU FE. A pedido das partes lavrei

esta escritura sob minuta, por ser a mim distribuída sob nº 167, a qual feita e sendo-lhes lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam, declarando expressamente que dispensam as testemunhas instrumentárias, nos termos do provimento nº 356 de 27.07.1984, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Tudo perante mim, Alvaro Araújo Andrade, tabelião que o datilografei, conferi, subscrevo e assino em público e raso. Custas Cr\$ 34.530,30 - serventia + CPC Cr\$ 240,50 + Associação Cr\$ 23,20.

Campo Largo, 04 de março de 1991.

Em testº da verdade

ALVARO ARAUJO ANDRADE

Tabelião

LUIZ ANTONIO CHAGAS

p/ Fundação João XXIII

LOURETE FAYAD TACLA

p/ Sociedade Beneficente das Senhoras

Sírio-Libanesas do Paraná

MATRICULA: nº 8.346

DATA: 26/ABRIL/82

IMÓVEL: Lote de terreno rural, designado pela letra e número B-2 de Planta de Subdivisão, arquivada sob nº 3.348 n/Ofício, com situação no QUARTEIRÃO NOSSA SENHORA DO PILAR, zona limítrofe ao perímetro urbano desta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, com as seguintes medidas de linhas, limites e confrontações: o ponto de partida teve início no marco nº 1 a beira de um valo na margem da estrada que de Campo Largo vai para a Colônia Cristina, em confrontação com o lote C, deste ponto segue margeando o valo fazendo frente para a Estrada da Col. Cristina, com os rumos de 42°17'NE, 36°57'NE e 24°27'NE com as extensões de 69,40m, 59,30, e 60,00m, encontra-se cravado, um marco em um campo que divide o lote B-2 do B-1, daí faz ângulo com deflexão para a direita e segue no rumo de 41°58'SE com a extensão de 172,00m a encontrar outro marco em um outro canto do lote B-1, daí faz ângulo com deflexão para a direita e segue na confrontação com propriedade do Estado do Paraná no rumo de 48°02'SW-NE com a extensão de 180,00m a encontrar o marco de nº 4 que divide o lote B do lote B-2, daí faz ângulo para a direita e segue confrontando com o lote C no rumo de 41°58'SE com a extensão de 134,00m a encontrar o marco que faz princípio; perfazendo a área superficial de 26.000,00m² (vinte e seis mil metros quadrados), sem benfeitorias.

PROPRIETARIO: "O ESTADO DO PARANÁ", pessoa jurídica de direito público interno.

REGISTRO ANTERIOR: nº 3-1.341 Lº 2 + Mat. 8.159 Lº 2 e, respectiva averbação deste Cartório.

(a) OSCAR KUROWSKI
O Oficial

R-1-8.346: 26.04.82 - DOAÇÃO - Por Escritura Pública de Doação, lavrada as fls. 142 do Livro nº 458 aos 07 de abril de 1982, nas notas do 3º. Tabelião da Comarca de Curitiba-PR (Bel. Iracy Ribeiro Vianna Filho), o proprietário ora doador "O ESTADO DO PARANÁ", acima qualificado, no ato representado por seu Excelentíssimo Governador: NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA e pelo seu secretário de Estado da Administração "LUIZ EDUARDO VEIGA LOPES", FEZ DOAÇÃO, para a outorgada donatária "SOCIEDADE BENEFICENTE DAS SENHORAS SÍRIO LIBANESAS DO PARANÁ", com sede na rua Pe. Anchieta, 262, em Curitiba-PR, inscrita no CGC-MF sob nº 76.451.368/0001-38, no ato representada por sua presidente "LOURETE FAYAD TACLA", brasileira, viúva, do lar, portadora do RG. nº 156.497-PR e do CPF nº 381.190.369-67, residente em Curitiba-PR, DO LOTE DE TERRENO supra matriculado, sendo dado para os efeitos legais e fiscais o valor estimativo de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros). CONDIÇÕES: 1) o imóvel supra matriculado somente poderá ser utilizado na implantação de obra assistencial de amparo ao idoso carente, que deverá estar concluída no prazo máximo de 10 (dez) anos, contados a partir da data da escritura, não podendo em tempo algum, e a nenhum pretexto, haver modificação na finalidade sob pena de, em qualquer dos casos, reverter ao patrimônio do Estado do Paraná, com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização; 2) o lote supra matriculado fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade; e 3) As demais constantes da Escritura. Isento conforme art. 5º item II, capítulo IV de Lei orgânica do imposto de transmissão Inter Vivos, de acordo com a guia nº 2669976-7 - CUSTAS CR\$... - Campo Largo, 26 de abril de 1982. Eu, Oscar Kurowski, Oficial do Registro, subscrevo e dou fé.

R-2-8.346: 11.03.91 - USUFRUTO - De acordo com os termos da Escritura Pública de Instituição de Usufruto, lavrada às fls. 001 do Livro nº 227, aos 04 de março de 1991, nas notas do Tabelião "Andrade" d/Cidade, a proprietária, ora denominada outorgante instituidora na-proprietária "SOCIEDADE BENEFICENTE DAS SENHORAS SÍRIOS LIBANESAS DO PARANÁ", qualificada, no ato representada por sua Presidente. "LOURETE FAYAD TACLA", já qualificada, INSTITUIU a favor da outorgante da credora usufrutuária "FUNDAÇÃO JOÃO XXIII", pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CGC/MF nº 77.786.689/0001-56, com sede na Avenida Desembargador Clotário Portugal nº

842, n/Cidade, no ato representada por seu Presidente "LUIZ ANTONIO CHAGAS", brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da CI RG nº 524.863-PR e CIC/MF nº 028.642.239-53, residente à Rua Marechal Deodoro nº 116, n/Cidade, O DIREITO REAL DE USUFRUTO, a título sobre o imóvel retro matriculado e objeto do R-1-8-346. Para efeitos legais e fiscais o valor estimativo é de Cr\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de cruzeiros). CONDIÇÕES: 1) O usufruto do imóvel é efetuado para os fins de, por intermédio da usufrutuária, com recursos próprios e repasses de verbas condizentes pela Prefeitura Municipal de Campo Largo, nele edificar um CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS; 2) A manutenção, supervisão e administração do CENTRO, caberá à USUFRUTUÁRIA; 3) O usufruto ora outorgado será extinto somente quando a usufrutuária, comprovadamente, der outra destinação ao CENTRO; 4) As demais constantes da Escritura; Isento o ITBI, conforme art. 5º item II capítulo IV da Lei Orgânica do ITBI. CUSTAS CR\$ 43.500,00 - CPC CR\$ 246,50 - SERVENTIA CR\$ 43.253,50 - Campo Largo 11 de março de 1991.

Eu, Maria Elizabete Poli Kurowski, Oficial Designada, subscrevo e dou fé.

MATRÍCULA: nº 8.540

DATA: 28/JUNHO/1982

R-2-8.540: 28.06.82 - DOAÇÃO - Por Escritura Pública de Doação, lavrada as fls. 182vº, do Livro nº 151 aos 12 de maio de 1982, nas notas do Tabelião "Andrade" d/Cidade, o proprietário ora doador: "O ESTADO DO PARANÁ", já qualificado, no ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, brasileiro, casado, portador do RG nº 903.122-PR e do CPF nº 000.236.049-72, residente em Curitiba-PR; e, pelo Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, Dr. LUIZ EDUARDO VEIGA LOPES, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG. nº 304.620-PR e do CPF sob nº 000.405.179-34, residente em Curitiba-PR, FEZ DOAÇÃO para o "MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO", com CGC/MF sob nº 76.015.618/0001-88, no ato representado por seu Prefeito Municipal Dr. "NEWTON GUIDO LUIZ PUPPI" brasileiro, casado, advogado, port. do RG. nº 238.773-PR e do CIC nº 111.305.719-04, residente na Rua Benedito Soares Pinto, 1.234, n/Cidade, DO LOTE DE TERRENO retro matriculado, juntamente com as benfeitorias, devidamente autorizado pelo Legislativo Estadual, face a Lei nº 7.335, publicada no Diário Oficial do Estado de 18 de junho de 1980, sendo dado para os efeitos legais e fiscais o valor estimativo de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros). CONDIÇÕES: 1) a presente doação é feita para o fim especial e debaixo da ex-

pressa condição de ser o imóvel ora doado destinado na implantação do Cemitério Parque Municipal, Centro de Artes e Ofícios, Play Ground, Quadras Esportivas, manutenção do pomar público, Museu de Enologia e Exposições, Bosque com equipamento de piquinique, lago, bar, lanchonete, estacionamento, sede da Prefeitura Municipal de Campo Largo, e outras obras de interesse comunitário, não podendo em tempo algum e sob qualquer pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de reversão ao Patrimônio do Estado do Paraná, de todo o imóvel com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização, ficando também o Município de Campo Largo com a obrigação de manter e conservar, como Patrimônio Histórico, o imóvel existente na área a ser doada, constituído pela casa onde nasceu o Desembargador Clotário de Macedo Portugal; 2) A área e suas respectivas benfeitorias, objeto desta doação, ficam gravadas com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, ressalvada a possibilidade de ser dada em garantia para fins de financiamento do projeto CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada ou outra modalidade de financiamento com características semelhantes, ficando desde já respeitada a decisão judicial na Ação de Manutenção de Posse nº 429/80, que tramita na Comarca de Campo Largo, proposta por Amaro Roseira do Nascimento e sua mulher Nair Reny Roseira do Nascimento contra Manuel de Paiva Vidal, Antonio Pacheco e Durval Weber, e que abrange uma área de 50.630,00m² (cinquenta mil, seiscentos e trinta metros quadrados) da área objeto d/doação; e 3) As demais constantes da Escritura. Isento do pagamento do imposto de transmissão de propriedade Inter Vivos, de acordo com o que determina o artigo 19, inciso II, letras A e B, da Constituição Federal. CUSTAS Cr\$ 27.500,00 Campo Largo, 28 de junho de 1982. Eu, Oscar Kurowski, Oficial do Registro, subscrevo e dou fê.

AV-3-8.540: 10.05.89 - LIBERAÇÃO PARCIAL DAS CONDIÇÕES DE INALIENABILIDADE E IMPENHORABILIDADE - De conformidade com o art. 1º da Lei Estadual nº 8.455 14.01.87, apresentado em forma de fotocópia, juntamente com o reqtº. subscrito pelo Prefeito Municipal Dr. Affonso Portugal Guimarães, datado de 11.04.89, que ficam arqs. sob nº 8.192 n/Ofício, procede-se a esta averbação para ficar constando que o artigo 1º da referida Lei 8455, acresceu o artigo 3º da Lei Estadual 7.335, de parágrafo único, com a seguinte redação: "PARÁGRAFO ÚNICO - Além da ressalva de que trata o "caput" deste artigo é prevista autorização para o Município de Campo Largo, após cumpridas as formalidades legais, proceder a permuta

da área de 736,09m², que ficou isolada da área global pela passagem da Rua Francisco Xavier de Almeida Garret". Desta forma a área de 736,09m², fica liberada das condições de inalienabilidade e impenhorabilidade, cujas condições estão inseridas no R-2 c/matricula. Permanecendo tais, sobre a área remanescente constante da AV-4 abaixo; dou fê. CUSTAS NCZ\$ 10,81 (CPC NCZ\$ 0,24 e Serventia NCZ\$ 10,57). Campo Largo, 10 de maio de 1989. Eu, Oscar Kurowski, Oficial do Registro, subscrevo e dou fê.

AV-4-8.540: 10.05.89 - DESMEMBRAMENTO - De acordo com a Planta e memorial descritivo aprovados pela Pref. Municipal d/Cidade aos 25.08.88, capeados de Reqº., que ficaram arqs. sob nº 8.192 n/Ofício, O Município de Campo Largo devidamente autorizado pela Lei Estadual nº 8.455 e 14.01.87, DESMEMBROU a área de 736,09m² (Setecentos e trinta e seis metros e nove decímetros quadrados), a ser permutada com a área de 735,41m², de propriedade de José Zeribeto e Rodolfo Zeribeto, objeto da área C do regº. 5.625 do Livro 3-I, cuja área de 736,09m² deu origem à matrícula de nº 17.250 Lº.2; ficando desta forma a área do imóvel objeto desta matrícula reduzida para 1.459.263,91m², cujas medidas de linhas, limites e confrontações são as constantes dos documentos acima citados. Sobre a referida área remanescente permanecem em vigor todas as condições constantes do R-2 d/matricula; dou fê. CUSTAS NCZ\$ 1,08 - (CPC NCZ\$ 0,24 e Serventia NCZ\$ 0,84). Campo Largo, 10 de maio de 1989. Eu, Oscar Kurowski, Oficial do Registro, subscrevo e dou fê.

MATRÍCULA: Nº 8.540

DATA: 28.06.82

IMÓVEL: Lote de terreno rural, designado pela letra "A" do croqui de Subdivisão, arquivado sob o número 2864 n/Ofício, situado no quarteirão Nossa Senhora do Pilar, zona limítrofe ao perímetro urbano desta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, com as seguintes medidas de linhas, rumos e confrontações: inicia em um marco que ficou cravado à margem da rua Sub-Estação de Enologia, em confrontação com terras de sucessores de Luiz (Gerebitta) Zeribetto, deste ponto segue por linha reta pela margem direita do prolongamento da rua Sub-Estação de Enologia, com o rumo de 44°59'SW com a extensão de 243,40m, ficou cravado o marco de número 1, daí faz ângulo para a direita e segue no rumo de 42°16'NW, com a extensão de 90,00 m, ficou cravado o marco de número 2 à margem esquerda do prolongamento da Av. Manoel Ribas, deste ponto faz ângulo com deflexão

para a direita segue pelo alinhamento da Av. Manoel Ribas no rumo de $44^{\circ}59'NE$ com a extensão de 223,20m, ficou cravado o marco de número 3 na margem esquerda do rio Cambuí; até aqui confrontando com terras remanescentes do mesmo imóvel de propriedade do Estado do Paraná, daí segue rio abaixo em uma extensão de 24,00m confrontando com o Loteamento Santa Rosa antes Antonio Pianaro; onde encontra-se cravado o marco de número 4=2, na margem direita do Rio Cambuí, daí cruza a Av. Manoel Ribas já no prolongamento, e segue margeando uma cerca de arame por linha reta com os rumos de $64^{\circ}59'SW$, $53^{\circ}29'SW$, $39^{\circ}29'SW$, $52^{\circ}28'SW$ e $36^{\circ}27'SW$ com as extensões de 110,00m, 45,00m, 30,00m, 27,00m e 67,50m, com as seguintes confrontações com o Loteamento Santa Rosa acima mencionado e sucessores de Francisco Chemim, Loteamento de Flávio Stavitzki antes herdeiros de Francisco Paris e sucessores de Antonio Gogola e finalmente com Lindo Dalarosa antes Antonio Rosa, onde encontra-se cravado o marco de número 3 em um canto do terreno, deste ponto segue com os rumos de $77^{\circ}03'NW$, $71^{\circ}04'NW$ e $61^{\circ}34'NW$ com as extensões de 19,00m, 54,00m e 19,00m, ficou cravado o marco de número 4 onde passa a confrontar com terras de propriedade de Urbano Rodrigues daí segue com o rumo de $39^{\circ}52'SW$ na extensão de 77,50m, encontra-se cravado o marco de número 5, daí faz ângulo para a direita e segue nos rumos de $51^{\circ}39'NW$ e $56^{\circ}39'NW$ com as extensões de 55,00m e 16,00m ficou cravado o marco de número 6 onde faz ângulo para a esquerda e, segue com os rumos de $35^{\circ}09'SW$ e $75^{\circ}08'SW$ com as extensões de 83,00m e 51,50m, com as seguintes confrontações, com terras de propriedade de Santo Boaron, antes Serafim Amur e José Filla, deste ponto faz ângulo para a direita e segue margeando a rua da entrada da Sub-Estação de Enologia com o rumo de $14^{\circ}20'NW$ na extensão de 74,00m, ficou cravado o marco de número 8, daí faz ângulo para a esquerda e cruza a rua e segue nos rumos de $64^{\circ}10'SW$, $69^{\circ}09'SW$, $70^{\circ}38'SW$, $41^{\circ}24'NW$, $87^{\circ}24'NW$ e $87^{\circ}36'NW$ com as extensões de 22,00m, 67,00m, 39,00m, 37,00m, 34,70m e 40,00m, com as seguintes confrontações, com terras de Augusto First antes José Alcobe e José Ferreira dos Santos antes João Soares, onde encontra-se cravado o marco de número 9, daí faz ângulo para a direita e segue com os rumos de $20^{\circ}36'NE$, $35^{\circ}24'NW$, $45^{\circ}35'NE$ e $38^{\circ}34'NE$ com as extensões de 23,00m, 9,30m, 60,00m e 62,50m, confronta com os seguintes proprietários José Ferreira dos Santos antes João Soares e o Loteamento de Batista Campagnaro, onde ficou cravado o marco de número 10, daí faz ângulo para a esquerda e segue com os rumos de $43^{\circ}56'NW$ e $79^{\circ}56'NW$ com as extensões de 37,00m e

23,50m, cruza a Rua D. Pedro II já no prolongamento da mesma, onde ficou cravado o marco de número 11, na margem direita deste ponto segue pela margem direita da rua confrontando com os lotes "E" e "F", do mesmo imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com o rumo de $45^{\circ}15'SW-NE$ na extensão de 422,00m, encontra-se cravado o marco de número 15 do mesmo lado à margem direita da Rua D. Pedro II, deste ponto faz ângulo para a esquerda e segue no rumo de $47^{\circ}13'SE$ com a extensão de 13,00m, cruza a Rua D. Pedro II a encontrar o marco número 16, que ficou do outro lado da rua na margem esquerda daí segue dividindo por valo confrontando com terras de Gregório Kikina, antes Gabriel Pires com os rumos de $41^{\circ}47'SW$ e $40^{\circ}39'SW$ com as extensões de 30,70m, 63,00m e 80,00m, ficou cravado o marco de número 17, seguindo com os rumos de $3^{\circ}09'SW$, $16^{\circ}36'SE$, $17^{\circ}46'SE$, $15^{\circ}46'SE$, $17^{\circ}01'SE$, $18^{\circ}01'SE$, $15^{\circ}55'SE$, $17^{\circ}04'SE$, $16^{\circ}47'SE$, $17^{\circ}02'SE$, $19^{\circ}02'SE$, $17^{\circ}03'SE$, $14^{\circ}33'SE$ e $17^{\circ}03'SE$ com as extensões de 15,25m, 69,00m, 98,00m, 34,00m, 172,00m, 51,50m, 125,00m, 240,00m, 82,00m, 96,00m, 7,00m, 36,15m, 19,00m, 30,00m e 36,00m, com as seguintes confrontações, segue dividindo por valo margeando uma rua sem denominação confrontando com terras de sucessores de Antonio Boaron, com a extensão de 327,00m, cruza o rio Cambuí, daí passa a confrontar com terras de Gregório Kikina, antes Adão Falarz e França (Koerner) Kellner e sucessores de Antonio Carlotto e sucessores de Francisco Kulka antes José Kaminski e Agostinho Xavier Andreassa antes Pedro Sovierzoski, onde ficou cravado o marco de número 18, em um canto do terreno fazendo divisa por valo; deste marco faz ângulo para a esquerda e segue com os rumos de $79^{\circ}57'NE$, $80^{\circ}57'NE$, $72^{\circ}57'NE$, $69^{\circ}27'NE$, $77^{\circ}03'SE$, $82^{\circ}03'SE$, $56^{\circ}37'SE$, $73^{\circ}57'NE$ e $62^{\circ}57'NE$ e $52^{\circ}57'NE$ com as extensões de 25,00m, 42,00m, 72,00m, 26,00m, 30,00m, 15,80m, 67,00m, 116,00m, 46,00m e 102,00m até aqui faz divisa por valo confrontando com o mesmo proprietário, ou seja, Agostinho Xavier Andreassa antes Pedro Sovierzoski onde encontra-se cravado o marco de número 19, daí segue por linha seca com os rumos de $47^{\circ}57'NE$, $26^{\circ}27'NE$, $44^{\circ}57'NE$, $32^{\circ}37'NE$ e $27^{\circ}12'NE$, com as extensões de 47,00m, 50,00m, 44,00m, 103,44m e 61,00m, ficou cravado o marco de número 20, deste ponto segue dividindo por valo com os rumos de $82^{\circ}12'NE$ e $83^{\circ}27'NE$ com as extensões de 75,00m, 86,00m e 134,00m, ficou cravado o marco de número 21, daí segue rumo de $43^{\circ}57'NE$ na extensão de 199,30m, ficou cravado o marco de número 22 onde deixa de confrontar com terras de Agostinho Xavier Andreassa antes Pedro Sovierzoski, daí faz ângulo para a esquerda e passa a confrontar com os lotes "B" e

"C" do mesmo imóvel de propriedade do Estado do Paraná, seguindo no rumo de 41°02'SE com a extensão de 190,48m, encontra-se cravado o marco de número 4, daí faz ângulo para a direita e segue na mesma confrontação com o rumo de 48°02'SW-NE, na extensão de 438,51m, ficou cravado o marco de número 24=3, daí faz ângulo para a esquerda e passa a confrontar com terras de sucessores de Luiz (Gerebitta) Zeribetto, deste ponto segue dividindo por valo e cerca de arame com os rumos de 41°58'NW com as extensões e 534,00m, com as seguintes confrontações, com terras de sucessores de Luiz (Gerebitta) Zeribetto, Núcleo Habitacional Dr. Abranches e Pedro Elias Sphair antes Prefeitura Municipal de Campo Largo e sucessores de Luiz Zeribetto a encontrar o marco que fez princípio o presente levantamento, perfazendo a área superficial de 1.460.000,00 m2 (hum milhão, quatrocentos e sessenta mil metros quadrados); contendo cinco casas, das quais três (03) em alvenaria e 2 em madeira e demais benfeitorias.

.....

PROPRIETARIO: "O ESTADO DO PARANÁ", pessoa jurídica de direito público interno.

REGISTRO ANTERIOR: nº 03-1.341 Lº 2 e respectiva averbação deste Cartório.

(a) OSCAR KUROWSKI
O Oficial

AV-1--8.540: 28.06.82 INCORPORAÇÃO AO PERÍMETRO URBANO - De acordo com os termos da Escritura Pública de Doação, lavrada às fls. 182vº do Livro nº 151, aos 12 de maio de 1982, nas notas do Tabelião "Andrade" d/Cidade, o imóvel retro matriculado passou a pertencer ao perímetro urbano desta cidade de Campo Largo. - Campo Largo, 28 de junho de 1982.- Eu, Oscar Kurowski, Oficial de Registro, Subcrevo e dou fé.

R--2--8.540:-28.06.82 DOAÇÃO- Por Escritura Pública de Doação, lavrada às fls. 182Vº do Livro nº 151, aos 12 de maio de 1982, nas notas do Tabelião "Andrade" d/Cidade, o proprietário - ora doador - "O Estado do Paraná", já qualificado, no ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Ney Aminthas de Barros Braga, brasileiro, casado, portador do RG nº 903.122-PR e do CPF nº 000.236.049-72, residente em Curitiba-PR, e pelo Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, Dr. Luiz Eduardo Lopes, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 304.620-PR e do CPF sob 000.405.179-34, residente em Curitiba-PR, fez DOAÇÃO para o Município de Campo Largo, com CGC/MF sob o número

76.015.618/0001-88, no ato representado por seu Prefeito Municipal, Dr. Newton Guido Luiz Puppi, brasileiro, casado, advogado, port. do RG nº 238.773-PR e do CIC nº 111.305.719-04, residente na Rua Benedito Soares Pinto, 1234, n/Cidade, DO LOTE DE TERRENO retro matriculado, juntamente com as benfeitorias, devidamente autorizado pelo Legislativo Estadual, face a Lei nº 7.335, publicada no Diário Oficial do Estado de 18 de junho de 1980, sendo dado para os efeitos legais e fiscais o valor estimado, de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros). - CONDIÇÕES: 1) a presente doação é feita para o fim especial e debaixo da expressa condição de ser o imóvel ora doado destinado na implantação do Cemitério Parque Municipal, Centro de Artes e Ofícios, Play Ground, Quadras Esportivas, manutenção de pomar público, Museu de Enologia e Exposições, Bosque com equipamento de piquinique, lago, bar, lanche, estacionamento, sede da Prefeitura Municipal de Campo Largo e outras obras de interesse comunitário, não podendo em tempo algum e sob qualquer pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de reversão ao Patrimônio do Estado do Paraná, de todo o imóvel com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização, ficando também o Município de Campo Largo com a obrigação de manter e conservar, como Patrimônio Histórico, o imóvel existente na área a ser doada, constituído pela casa onde nasceu o Desembargador Clotário de Macedo Portugal; 2) - A área e suas respectivas benfeitorias, objeto desta doação, ficam gravadas com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, ressalvada a possibilidade de ser dada em garantia para fins de financiamento do projeto CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, ou outra modalidade de financiamento com características semelhantes, ficando desde já respeitada a decisão judicial na Ação de Manutenção de Posse nº 429/80, que tramita na Comarca de Campo Largo, proposta por Amaro Roseira do Nascimento e sua mulher Nair Reny Roseira do Nascimento contra Manuel de Paiva Vidal, Antonio Pacheco e Durval Weber, e que abrange uma área de 50.630,00m² (cinquenta mil, seiscentos e trinta metros quadrados) da área objeto d/doação; e 3) - As demais constantes da Escritura. Isento do pagamento do imposto de transmissão de propriedade intervivos, de acordo com o que determina o art. 19, inciso II, letras A e B da Constituição Federal. Custas Cr\$ 27.500,00.- Campo Largo, 28 de junho de 1982.- Eu, Oscar Kurowski, Oficial do Registro, subcrevo e dou fé.

AV A-3--8.540:- 10.05.89-LIBERAÇÃO PARCIAL

DAS CONDIÇÕES DE INALIENABILIDADE E IMPENHORABILIDADE - De conformidade com o artigo 1º da Lei Estadual nº 8.455, de 14.01.87, apresentado em forma de fotocópia, juntamente com o reqtº subscrito pelo Prefeito Municipal, Dr. Affonso Portugal Guimarães, datado de 11.04.89, que ficam arqs. sob nº 8.192 n/Ofício, procede-se a esta averbação para ficar constando que o artigo 1º da referida Lei 8455, acresceu o artigo 3º da Lei Estadual 7.335, de parágrafo único, com a seguinte redação: "PARAGRAFO ÚNICO - Além da ressalva de que trata o "caput" deste artigo é prevista autorização para o Município de Campo Largo, após cumpridas as formalidades legais, proceder a permuta da área de 736,09m2, que ficou isolada da área global pela passagem da Rua Francisco Xavier de Almeida Garret". Desta forma a área de 736,09m2, fica liberada das condições de inalienabilidade e impenhorabilidade, cujas condições estão inseridas no R-2 d/matricula. Permanecendo tais, sobre a área remanescente constante da AV-4 abaixo: dou fê. CUSTAS NCZ\$ 10,81 (CPC NCZ\$ 0,24 e Serventia NCZ\$ 10,57). Campo Largo, 10 de maio de 1989. Eu, Oscar Kurowski, Oficial do Registro, subscrevo e dou fê.

AV-4-8.540: 10.05.89 - DESMEMBRAMENTO - De acordo com a Planta e memorial descritivo aprovados pela Pref. Municipal d/Cidade aos 25.08.88, capeados de Reqº., que ficam arqs. sob nº 8.192 n/Ofício, O Município de Campo Largo devidamente autorizado pela Lei Estadual nº 8.455 e 14.01.87, DESMEMBROU a área de 736,09m2 (Setecentos e trinta e seis metros e nove decímetros quadrados), a ser permutada com a área de 735,41m2, de propriedade de José Zeribeto e Rodolfo Zeribeto, objeto da área C do regº. 5.625 do Livro 3-I, cuja área de 736,09m2 deu origem à matrícula de nº 17.250 Lº.2; ficando desta forma a área do imóvel objeto desta matrícula reduzida para 1.459.263,91m2, cujas medidas de linhas, limites e confrontações são as constantes dos documentos acima citados. Sobre a referida área remanescente permanece em vigor todas as condições constantes do R-2 d/matricula; dou fê. CUSTAS NCZ\$ 1,08 - (CPC NCZ\$ 0,24 e Serventia NCZ\$ 0,84). Campo Largo, 10 de maio de 1989. Eu, Oscar Kurowski, Oficial do Registro, subscrevo e dou fê.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 088/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As atuais divisas do Município de Matinhos, criado pela Lei nº 05, de 21 de junho de 1967, passam a ser as seguintes:

"Começa na cabeceira do Rio Cambará, no Pico Agudo, de onde, uma linha seca alcança a nascente do Rio Cambará, pelo qual desce até a sua foz no Rio Guaraguaçu, e por este abaixo até alcançar o Ribeirão do Pai Antonio, seguindo daí, em linha reta, até alcançar a localidade chamada Praia das Monções, deste ponto segue pela costa até o Rio dos Pinheiros e, por este acima até o Porto Barreiro e, por este acima até encontrar a linha seca que passa pelo morro da Pedra Branca pelo qual segue pela linha das Cumiadas, passando pelo Morro Jesus, Morro Batatal, Morro Canela, Morro da Furna, todos componentes da Serra da Prata até atingir o ponto de partida no Pico Agudo."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A modificação da linha divisória do município de Matinhos há muitos anos se constitui numa necessidade premente para os serviços essenciais de Utilidade Pública patrocinados pela Prefeitura Municipal de Matinhos possam ser efetivamente realizados e com isso os munícipes tenham os atendimentos permitidos pela legislação vigente, fato que na atualidade não pode ser feito com assiduidade, mas apenas como colaboração, evitando assim que os órgãos fiscalizadores glosem os gastos ali realizados.

Por outro lado, o município conflitante que é Guaratuba na atualidade detém "juridicamente" o mando textual, mas em função da divisória das águas da Baía, fica difícil realizar diariamente os serviços essenciais a faixa de terra do outro lado.

Com isso, se persistir a atual linha divisória, mais de mil pessoas e também toda uma estrutura habitacional e urbanística continuarão a serem prejudicadas.

PROJETO DE LEI Nº 089/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a efetuar o pagamento dos salários e encargos sociais dos servidores municipais que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, adquiriram estabilidade ou daqueles que, absorvidos pelas Prefeituras, comprovarem relação de emprego oriunda de convênios firmados com a Fundação E-

educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Art. 2º - Caberá também ao Poder Executivo a responsabilidade pelo pagamento dos proventos dos servidores estatutários inativos, existentes nos municípios, desde que o tempo de serviço tenha sido completado quando a relação de emprego encontrava-se sob a égide de convênio com a FUNDEPAR.

Art. 3º - O pagamento dos valores referentes aos salários, encargos sociais e aposentadorias será feito mediante repasse mensal, aos municípios que comprovarem uma das situações previstas nos artigos anteriores.

Art. 4º - Compete aos municípios comprovarem junto à Secretaria Estadual de Educação a situação funcional dos servidores que operem nas seguintes áreas:

- I - apoio administrativo;
- II - professores do 1º grau;
- III - jardim da infância.

Parágrafo Único - Os municípios deverão manter atualizada a situação funcional dos servidores abrangidos por esta lei, junto à Secretaria Estadual de Educação.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional para fazer frente às despesas relacionadas com esta lei, para o ano de 1992, bem como fazer constar dos orçamentos futuros da Secretaria Estadual de Educação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(aa) PLAUTO MIRO GUIMARAES

NELSON GARCIA

BÁSILIO ZANUSSO

JOÃO ARRUDA

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento dos nobres Pares, os municípios vêm firmando convênio com a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, com o objetivo de melhor aparelhar com recursos humanos as escolas, tanto estaduais quanto as municipais, assim como as creches.

Ao Estado compete repassar as verbas e, aos municípios, a seleção da mão-de-obra necessária. Para tanto, as Prefeituras devem lançar nas carteiras profissionais de cada servidor selecionado, todos os dados inerentes ao convênio que tenha sido firmado. Como consequência, cria-se um vínculo laboral entre o município e o servidor conveniado.

Com a promulgação da Magna Carta, em outubro de 1988, os servidores conveniados

há mais de cinco anos adquiriram a estabilidade garantida pelo art. 19, das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo que a maioria das Prefeituras viram-se obrigadas a absorver esses servidores face às decisões judiciais que reconhecem o vínculo empregatício.

A carga aos municípios em folha de pagamento, com esses servidores está inviabilizando a otimização dos trabalhos frente à comunidade, e nada mais justo que o Estado assuma estes pagamentos, para que os municípios paranaenses possam ajudar mais seus munícipes.

Pelos motivos acima expostos, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 090/92

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As empresas que atuam nas linhas intermunicipais de transporte rodoviário em todo o território do Estado do Paraná, ficam obrigadas a fornecer, gratuitamente, passagens para pessoas pobres, com mais de 60 anos.

Art. 2º - Os passageiros que serão beneficiados por esta lei apresentarão "Atestado de Pobreza" às empresas concessionárias de transporte intermunicipal para retirada de seus bilhetes.

Parágrafo Único - O "Atestado de Pobreza" será expedido pelo órgão competente, no município em que se está solicitando a passagem.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os problemas que a população idosa do Brasil enfrenta são bem conhecidos daqueles que têm um pouco de informação ou preocupam-se com o destino destes cidadãos que em sua grande maioria vive à margem da sociedade. Entendemos que o nobre ofício de representante popular, nos impõe o dever de estarmos enquadrados nos dois casos. E justamente por determos tal representação, temos a obrigação de buscar soluções que aliviem o drama cotidiano que vivem estas pessoas. Se falamos em "aliviar", indicando uma situação paliativa, é porque temos consciência de que esta questão, como tantas outras neste País, é de fundo estrutural. Portanto, exige uma reformulação completa e profunda no quadro que aí está.

Mas podemos minorar parte do sofrimento de nossos idosos, pelo menos os do Pa-

Paraná, adotando medidas como a que propomos neste projeto de lei. A imprensa está cheia de notícias, todos os dias, sobre o reajuste dos 147% para aposentados e pensionistas que não está sendo concedido. Nas ruas e em toda parte assistimos à decadência do idoso, a sua falta de espaço numa sociedade que o estigmatiza pela idade e o despreza pelo abandono do processo produtivo. Abandono este, na maioria das vezes, imposto por esta mesma sociedade que lhe nega acesso ao mercado de trabalho e o relega ao limbo dos deserdados pela sorte. É para mudar um pouco esse tipo de coisa, que entendemos ser nossa proposta de lei uma manifestação de solidariedade, altruísmo e verdadeira preocupação com os problemas que a população duplamente penalizada por nossa sociedade, por ser pobre e idosa, enfrenta.

O fornecimento de passagens gratuitas para as pessoas pobres com mais de 60 anos, em todas as linhas rodoviárias do território paranaense, é medida que certamente virá amenizar parte dos problemas desta camada da população. As empresas de ônibus que operam em linhas intermunicipais no Paraná, são concessionárias deste serviço, ou seja, recebem do Estado, através de contrato por tempo determinado, a concessão para realizar esse serviço. Todos nós sabemos que este é um segmento lucrativo, tanto que as empresas não abrem mão de suas concessões. Ao contrário, procuram mantê-las a todo custo e abominam qualquer possibilidade de concorrência entre as linhas mais frequentadas. Tal desempenho nos permite avaliar que parte deste lucro pode ser dividido com aqueles que não têm condições de arcar com todos os custos de uma viagem. A passagem gratuita, com certeza, aliviará tais custos, e o deslocamento será facilitado.

Ao propormos esta lei, queremos apenas justiça para esta camada da sociedade, beneficiando cidadãos que moram nas cidades ou no meio rural, facilitando-lhes a locomoção em seu próprio Estado. Se aprovarmos esta lei, poderemos depois aliviar um pouco nossas próprias consciências em relação a este problema social.

PROJETO DE LEI Nº 091/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, do Município de Santa Izabel do Ivaí, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel do Ivaí, mantenedora da Escola Especial "Professora Florinda Martins Bruno", cuja meta maior é a reabilitação e habilitação de excepcionais, bem como a prevenção dos mesmos.

No ano de 1991, a APAE atendeu 40 alunos, prestando serviços nas áreas de Treinamento Básico, Pré-Escolar I e II Escolar, Preparação para o Trabalho e Educação Física. Prestaram serviços nestas áreas 09 professores e uma pedagoga. Presta serviços ainda na área social com avaliação do ambiente sócio-econômico e cultural, avaliação e encaminhamento fisioterapeuta, encaminhamentos para médicos otorrinos para exames de fonoaudiologia e atendimento médico com consultas na própria escola, onde o médico do Posto de Saúde faz visitas periódicas e orienta os familiares quanto as mudanças que surgem no comportamento do aluno como consequência dos tratamentos realizados.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná é seguidamente citado como exemplo por seus projetos e políticas alternativas para o crescimento em tempos de crise. Já foi comparado a uma "ilha de prosperidade" no Brasil atual.

A comparação pode ser um exagero, até compreensível, diante dos resultados que temos obtido nos variados campos do desenvolvimento econômico e social.

Todavia, as nossas conquistas, o nosso crescimento, têm explicação na seriedade e no trabalho, não somente na iniciativa privada mas principalmente na administração pública, no gerenciamento dos recursos do povo. Austeridade, dedicação e criatividade são os ingredientes para enfrentar as naturais dificuldades de um País em processo de transformações.

E para falar de um destes exemplos que ocupamos esta tribuna. Desejamos falar do Banco do Estado do Paraná e em especial dos resultados apresentados pelo seu balanço, recentemente divulgados pelo Governador Roberto Requião e pela Diretoria do Conglomerado. É preciso que se dê a exata dimensão e a importância dos números alcançados, que representam um dos mais expressivos desempenhos da história do Banco, exatamente pela realidade nacional que estamos vivendo.

Senhores Deputados, os números foram divulgados, são conhecidos de todos os paranaenses. Estão à disposição de todos, pois o BANESTADO é o Banco do Povo do Pa-

Paraná.

Porém nós queremos mostrar o que representam esses números e essas cifras, em termos de trabalho e de resultados econômicos e sociais. E para isto que desejamos chamar a atenção de Vossas Excelências e de toda a sociedade paranaense.

O BANESTADO fechou o exercício de 1991 com um lucro de 29 bilhões e 706 milhões de cruzeiros, representando uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 16,84 por cento. O seu Patrimônio Líquido atingiu 176 bilhões e 413 milhões de cruzeiros. Este resultado coloca o BANESTADO em primeiro lugar entre os bancos brasileiros em rentabilidade.

A este resultado o BANESTADO chegou graças a uma gestão marcada pela austeridade e pelo trabalho, captando e administrando com eficiência, investindo no setor produtivo e incentivando a iniciativa privada, aplicando no social e financiando as políticas desenvolvimentistas do Governo do Paraná.

Como todos os grupos financeiros, o BANESTADO enfrentou dificuldades no decorrer do ano passado, mas a segura administração continuou merecendo a confiança dos paranaenses. Esta confiança na solidez e no crescimento do Banco foi reafirmada e evidenciada por ocasião da proposta de aumento do Capital, em novembro passado: 64 bilhões de ações foram totalmente adquiridas pelos acionistas em pouco mais de um mês. Como resultado, o Capital Social do Banco foi elevado para 34 bilhões de cruzeiros.

Para enfrentar as dificuldades que envolveram os Bancos brasileiros em 1991, a Diretoria do BANESTADO implementou um Plano de Ação Global visando restabelecer o equilíbrio operacional. Esse plano, em essência, definiu parâmetros necessários para redução de despesas, incremento de receitas, recuperação de créditos em liquidação e aprimorar a eficiência, desmobilizando bens não necessários.

Permitam, Senhores Deputados, que citemos alguns valores que julgamos importantes para evidenciar o crescimento do BANESTADO.

Na relação Patrimônio/Lucratividade, encontramos índices da maior expressão. O Capital Social apresentou crescimento nacional de 651 por cento; as reservas acusam evolução de 894 por cento; no Patrimônio Líquido, crescimento de 873 por cento, resultando no crescimento nominal do lucro líquido no exercício de 1.256 por cento.

Os depósitos totais registraram crescimento de 351 por cento. No exercício findo, as operações de crédito para o setor público e privado cresceram 417 por cento, e para os setores rurais e agroin-

dustriais a evolução foi de 410 por cento.

Para chegar a números tão expressivos, o BANESTADO acelerou o processo de modernização, desenvolveu a pesquisa de mercado, criou e lançou novos produtos e serviços e deu apoio aos projetos do Governo do Paraná movimentando suas carteiras.

A Carteira Rural, atuando em sintonia com a política agrícola do Governo do Estado, apresentou incremento de 260 por cento no número de operações e 320 por cento no valor aplicado nesses contratos, oferecendo, entre outros produtos, o PANELA CHEIA, o BOM EMPREGO e MICROEMPRESA, o PROGRAMA DE AGRICULTURA ALTERNATIVA, o RECIBO DE DEPOSITO BANCARIO RURAL e a NOTA PROMISSORIA RURAL.

A Carteira Comercial obteve igualmente um bom desempenho, bastando para isso, que se observe que apenas em cobrança, a evolução foi de 605 por cento. Além de produtos tradicionais, desenvolveu produtos e serviços, tais como o Pró-Cartão, Crédito Eletrônico Banestado, Apoio ICMS, Pró-Cruzado e Cheque Eletrônico, além de outros. Atendendo a orientação do Governo Estadual foi adotada a política de pulverização do crédito, buscando apoiar os diversos segmentos da economia.

O Crédito ao Consumidor, no comparativo com o exercício de 1990, apresentou evolução nominal de 630 por cento, com linhas de financiamentos para veículos, para terminais telefônicos, capital de giro parcelado - além de outros produtos e serviços.

A Carteira de Fomento, que começou a operar em meados de 1991, já colocou o BANESTADO na Décima colocação nacional entre os 95 agentes financeiros credenciados pela FINAME e o 2º colocado entre os bancos comerciais estaduais. Atua a Carteira de Fomento em consonância com o Sistema Estadual de Planejamento, objetivando apoiar preferencialmente as micro, pequenas e médias empresas.

A área de Câmbio e Operações Internacionais encontram-se totalmente informatizada e as Carteiras de Câmbio interligadas, inclusive com a comunidade internacional. Para atender o mercado do dólar turismo foram instalados 60 pontos, constituindo-se na maior parte do Estado. As medidas operacionais e administrativas adotadas permitiram aumento da produtividade em 14 por cento.

Entre os produtos e serviços desenvolvidos, estão a Export-Notes, a Operação Dekasseguís (para clientes que foram trabalhar no Japão) e o Cartão de Crédito Internacional.

As empresas do Conglomerado, a exemplo do Banco, também tiveram em 1991 destacado desempenho.

A Banestado Corretora de Câmbio, Títu-

los e Valores Mobiliários registrou resultado líquido de 22 bilhões e 964 milhões de cruzeiros, com rentabilidade de 30 por cento sobre o Patrimônio Líquido final.

A Banestado Crédito Imobiliário, com o lançamento da Super Poupança Banestado, conseguiu 1 milhão e 100 mil contas, representando crescimento de 64 por cento em relação ao ano anterior, com a manutenção de 30 bilhões e meio de cruzeiros do Depósito Especial Remunerado - liberação de cruzados bloqueados, e mais a colocação de Letras Hipotecárias na ordem de 28 bilhões e 300 milhões de cruzeiros.

A Banestado Leasing registrou rentabilidade de 37 por cento sobre o Patrimônio Líquido, com recursos captados na ordem de 43 bilhões de cruzeiros.

A Banestado Informática, responsável pelos projetos de modernização do Banco, implantou o Projeto Satélite, possibilitando ao BANESTADO tornar-se o primeiro Banco Estatal interligado pelo sistema de transmissão de dados via satélite, com 100 agências interligadas, mais a automação em 167 agências, 85 postos de serviços, 4 lojas de poupança e 37 super-caixas.

A Reflorestadora começou a explorar economicamente seus 44 projetos de Pínus e 11 projetos de Palmito, além de incrementar outros programas produtivos em 49 mil hectares de terras.

Senhor Presidente, Srs. Deputados 1991 foi um marco na história do BANESTADO, pelo desempenho numa das fases mais adversas do País.

1992 será a continuidade desse ritmo de atuação do Banco para colher resultados ainda mais expressivos. Os programas e as metas apontam para essa certeza.

O BANESTADO reflete a filosofia administrativa do Governo Roberto Requião, pautando-se pelo trabalho, pela eficiência e probidade, priorizando o social, tendo o desenvolvimento como objetivo.

Os números do balanço do BANESTADO são os números do crescimento e do bem-estar do Povo do Paraná. Avaliando esses resultados podemos até pensar que não é um exagero tão grande dizer que o Paraná é realmente uma ilha. Uma ilha de trabalho sério, uma ilha de eficiência e criatividade no enfrentamento dos desafios que a realidade brasileira nos impõe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca de Macedo, do PDT.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa ontem assistiu no seu salão

nobre o ato histórico da entrada para o nosso Partido, o Partido Democrático Trabalhista, do Senhor Deputado Paulo Maia que pelas suas qualidades de homem íntegro, de batalhador das causas populares e de ilustre representante dos professores, do Funcionalismo Público Estadual e da população paranaense nesta Casa, soma com nós outros da Bancada do PDT e de uma certa forma empolga o nosso Partido em todo Estado e também a nível Nacional.

Eu uso da palavra agora nesse Horário de Liderança, para dizer que o Deputado Paulo Maia é um marco de boa política, aquela política capaz de mudar a realidade, capaz de transformar o País, não a política mascarada que tem nos publicitários os seus maquiadores, os seus aliados, capazes de fabricar candidatos de ocasião alugando um Jet-ski, forjando um enredo de telenovela, ou então fabricando uma máscara para enganar no dia seguinte, tratando a publicação como se fosse um processo político um baile de carnaval, uma ópera bufa. O Deputado Paulo Maia vem com a verdade do seu rosto já marcado inclusive pela repressão policial contra o movimento dos professores em agosto de 1988 nesta Praça. É a ele que eu quero ceder os próximos minutos do PDT, para o seu discurso de estréia, como Deputado democrático e trabalhista, porque Deputado popular ele já tem sido até agora.

Seja bem vindo Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Deputado Rafael Greca, eu agradeço as palavras amáveis de Vossa Excelência, como também cumprimento a Presidência da Casa e aos nobres Pares. Obviamente o motivo de uma decisão, uma decisão muito importante na vida de um político definir-se partidariamente.

E durante um longo tempo nós estivemos sem Partido político, mas ouvindo aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para esta decisão que é a nossa participação, a nossa filiação e o ingresso da nossa luta nas fileiras do Partido Democrático Trabalhista, que com certeza, junto aos demais parlamentares que compõem a bancada junto a este Parlamento, nós nos somaremos pelas questões do Paraná, pelos problemas do seu povo e por aquilo que seriamente temos defendido nesta Casa.

Agradeço as palavras elogiosas do nosso nobre Líder Deputado Rafael Greca, como também nesse momento me coloco à disposição do Partido dos companheiros, para que junto nós possamos fazer como já disse antes um trabalho que dignifique, um trabalho sério, um trabalho correto, um trabalho que faça com que readquiramos a confiança do eleitor paranaense e a confiança do eleitor brasileiro.

Tenho certeza que na nossa Bancada nos

somaremos com os otimistas, jamais com os derrotistas, acreditando que temos uma excelente representação, uma excelente liderança e nomes excelentes dentro da sigla Partidária que com certeza, representará muito bem nos cargos que ocupam e que ocuparão futuramente os destinos deste Estado e os destinos deste País.

Por isso sou grato a recepção tida ontem pelo Partido com a presença também de Sua Excelência o Prefeito Jayme Lerner de Curitiba e com companheiros que lá estiveram de outros Partidos prestigiando o nosso ingresso no Partido Democrático Trabalhista. Sou grato a todos e quero continuar nesta Casa com a mesma seriedade e com o trabalho conjunto em prol das coisas desse Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khaury) - PST com a palavra.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Serei bastante breve, pois só venho a esta tribuna para fazer um convite a todos os Deputados Estaduais que estejam aqui na segunda-feira onde estará o Prefeito do Município de Guaraqueçaba, que depois de humilhado, achacado e desiludido com as coisas que acontecem no Estado do Paraná, estará dizendo a verdade nua e crua do que acontece no Município de Guaraqueçaba, aonde essa população tem que enfrentar a Polícia Militar, o agricultor enfrenta a Polícia Militar com metralhadora, o pescador enfrenta a Polícia Militar com a metralhadora no peito.

Nós estamos fazendo um convite a toda essa Casa, a toda a imprensa a todo o Paraná para que o Prefeito Chemim, de Guaraqueçaba, do PMDB, use a tribuna para falar a verdade e da opressão que ele vem sentindo do Estado do Paraná e do Governo do Estado. Por isso, eu faço o convite a todos os Senhores para que a justiça e a verdade seja levada ao povo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do PMDB.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PSDB.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PTB.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PT.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos ocupar parte do nosso tempo da Liderança do Partido para falar na sequência dos fatos sobre a nossa denúncia aqui de trabalho escravo, e também na sequência sobre um outro assunto que abordarei.

Inicialmente gostaríamos de informar a esta Casa que nós, na companhia do Deputado Paulo Maia, do Coordenador Estadual da Comissão Pastoral da Terra, estivemos ontem pela manhã numa audiência com o Senhor Secretário da Segurança Pública, Doutor Favetti, levando-os para que de própria voz ele ouvisse das pessoas, de algumas das pessoas que saíram daquela fazenda denunciada como trabalho escravo, e também solicitar segurança para essas pessoas que estão ameaçadas e intimidadas de permanecerem em qualquer outro lugar do nosso Estado em função de saberem da gravidade do que ocorre naquela região do nosso Estado do Paraná.

Na sequência nós também tivemos com o Senhor Governador do Estado, ontem à tarde, levando da mesma forma as pessoas saídas da fazenda, para que o Governador do Estado tomasse conhecimento e também pedir a participação do Poder Público estadual naquilo que é de competência do mesmo Poder que se coíbam esses fatos vergonhosos que nós estamos assistindo e vendo aqui no nosso Estado.

Já mencionava aqui naquele dia que me pronunciei que a declaração universal dos direitos humanos condena qualquer tipo de trabalho servil, ou de escravidão, ou tráfico de escravos. O nosso País ratificou a convenção da Organização Internacional do Trabalho, a convenção de número 105, através do decreto número 58.882, de 14 de julho de 1966, que trata da abolição dos trabalhos forçados e condena a escravidão por dívidas, ou servidão.

Nós temos denúncias, temos informações de que em vários Estados do País se detectam fatos como este, ouvimos ontem no Jornal "O GLOBO" denúncias de mais de um milhão e trezentos mil trabalhadores em nosso País que trabalham nesta situação, sem receber pagamento algum, e mais outros tantos milhões que recebem menos que um salário mínimo de pagamento pelo seu trabalho. Essas notícias preocupam e nos fazem, nos reforçam o argumento e a necessidade para que o Paraná não saia daqui a pouco novamente em manchetes nacionais, ou até publicações internacionais que nesse nosso Estado se usa e se pratica a escravidão. Nesse sentido nós estamos apresentando um Requerimento a esta Casa, já contactamos com diversos Partidos, com vários companheiros Deputados, para constituirmos aqui uma Comissão Especial, su-

prapartidária, e podermos assim, fiscalizar, intermediar esta situação tentando e com isto já posso declarar aos Senhores Deputados que, na audiência com o Sr. Governador, o mesmo pediu ao Secretário de Segurança que designasse um delegado especial e um promotor especial para acompanhamento deste caso e da Comissão que fosse formada na Assembléia e nós já o informávamos que estávamos encaminhando aqui um requerimento para formação desta Comissão.

Esperamos que esta Assembléia, este Plenário dê apoio e nós possamos realizar esse trabalho a nível de Estado do Paraná, apesar das dificuldades que teremos que encontrar para que se investigue fatos alarmantes como este em nosso Estado.

Nós queremos também abordar o assunto de um requerimento que estamos entregando à Mesa, solicitando à Direção da Emater do nosso Estado, que reexamine a transferência de um funcionário do Município de Cêu Azul. Nós tivemos a oportunidade de aqui receber cópias de assinaturas, de abaixo-assinados de várias entidades do Município de Cêu Azul, com mais de 300 assinaturas, solicitando, - esses abaixo-assinados enviados à EMATER, e nós tivemos a oportunidade de receber cópia deste material, - que, a comunidade implora, reivindica que a direção da EMATER reconsidere a transferência do funcionário da EMATER para outra cidade. Há acusações inclusive na imprensa que há perseguições políticas para o referido funcionário e que esta é a causa da sua transferência, a qual a comunidade de Cêu Azul está prestando, solicitando à Direção da EMATER para que reconsidere esse pedido porque o técnico está desempenhando um trabalho importantíssimo, comunitário na comunidade de Cêu Azul e que a sua retirada, nesse momento, interromperá um trabalho comunitário muito importante e necessário para a comunidade. Tanto é que entidades da comunidade, como: Pastoral da Juventude, como entidades do meio ambiente - Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Cêu Azul como outras entidades que aqui assinam e pedem que a Direção da EMATER reconsidere esse fato.

Nós queremos dizer que se isso realmente for perseguição política merece o nosso protesto, porque o momento não é oportuno para se criar empecilhos - para lideranças ou para pessoas que querem ajudar a comunidade e trabalhar na sua comunidade. Mas que independente de ser ou não, a comunidade pede, solicita e queremos que a EMATER através de sua direção, analise o que chegou e se reconsidere e se for perseguição política que se pare com isso no nosso Estado que não é mais momento, não há mais tempo, ou melhor, não se pode admitir que a essas alturas se pratique ainda dessa forma perseguição po-

lítica a servidores públicos em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Ofício nº 20/92, subscrito pelo Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 31 de março, 1º e 2 de abril do corrente ano, em função de problemas de saúde com sua família. A Diretoria Legislativa.

Ofício nº 1195/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 09 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua Região. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, Basílio Zanusso, João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projetos de Leis em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

VOTAÇÃO EM

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA - OF. Nº 35/92, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. EMENDA MODIFICATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Com PARECER FAVORÁVEL da CF. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda Modificativa do Tribunal de Justiça. Rejeitada.

Emenda de Plenário, com Parecer Favorável da CCJ. Aprovada. O Projeto irá à Redação Final.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presi-

dente, voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores à Emenda de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai ser devidamente anotado.

VOTAÇÃO EM

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 509/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que autoriza o Poder Executivo a retroceder ao Município de Pitanga, o imóvel de propriedade do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e COPTC, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 604/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que altera a redação do artigo 2° da Lei n° 6.517, de 02/01/74, nele incluindo os Municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ, por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, não há emendas de Plenário a este Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só Emenda Substitutiva.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Registramos voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

VOTAÇÃO EM

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 028/92, de autoria do Deputado EUCLIDES MOURA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Rolândia, com sede e foro no Município de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 036/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Emanuel, com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 051/92, de autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública a

Associação dos Produtores Rurais de Diamante do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 054/92, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública a Igreja Evangélica Missionária só o Senhor é Deus, com sede e foro na Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 058/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos Naturais - ABIANI, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 060/92, de autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 473/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 98/91, dispõe que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam economicamente matéria-prima florestal nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei n° 4.771, de 15/09/65 - Código Florestal, são obrigados à sua reposição, direta ou indiretamente, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CEMA, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 133 de 15.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 473/91

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem 98/91 dispõe o presente Projeto de Lei que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam economicamente matéria-prima florestal nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei n° 4771 do Código Florestal, são obrigados à sua reposição, direta ou indiretamente.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, o Projeto em análise não merece qualquer reparo, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
DURVAL AMARAL
Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LER Nº 473/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 98/91, o presente Plano de Lei dispõe que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam economicamente matéria-prima nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal) são obrigados à sua reposição direta ou indiretamente, na forma que especifica.

Analisado o aspecto legal e constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

Esta Comissão chamada a opinar sobre a matéria, em conformidade com o art. 33, § 14, do Regimento Interno, desta Casa, manifesta-se favoravelmente a aprovação do Projeto de Lei em tela.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.92

(a) CLEITON KIELSE
Presidente
HEINZ HERWIG
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 526/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que no resguardo do interesse público, institui, no território do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no artigo 159 da CE, e disposições da Lei Federal nº 6.305, de 15/12/75, a taxa de serviços agrícolas, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade, CAIC. (Publ. no D.A. nº 152 de 19.11.91).

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 526/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o presente Projeto de Lei Complementar visa no resguardo do interesse público, instituir, no território do Estado do Paraná, para atendimento do art. 159, da Constituição Estadual e disposições da Lei Federal nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, a taxa de serviços agrícolas, conforme especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça analisou o aspecto legal e constitucional da referida matéria e nada encontrou o seu Relator, Deputado Rafael Greca de Macedo.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, conforme preceitua o Regimento Interno desta colenda Casa de Leis, posiciona-se, igualmente pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº

526/91.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.91

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
NELSON GARCIA
Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 526/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade, instituir no território do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no art. 159 da Constituição Estadual, e disposições da Lei Federal nº 6.305, de 15.12.75, a taxa de serviços agrícolas, conforme especifica.

A medida proposta recebeu parecer favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei complementar em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Saladas Comissões, em 11.12.91

(aa) SEVERINO FELIX
Presidente
COSTENARO NETO
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 526/91. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 526/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 158/91, que dá nova redação ao artigo 17, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987 (Estrutura básica do Poder Executivo no Sistema da Administração Pública do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CSP, por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 613/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 17, da Lei nº 8.485 de 03 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 - O âmbito de ação da Casa Militar compreende: a assistência direta e imediata ao Governador no trato e aprecia-

ção de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, da sua família, do Palácio e das residências oficiais; a recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador; a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil; outras atividades correlatas."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.12.91

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 613/91

P A R E C E R:

Em 18 de dezembro de 1991, através da Mensagem Governamental nº 158/91, encaminhou-se, a esta Casa Legislativa, Projeto de Lei que leva o nº 613/91, visando adequar o artigo 17, da Lei 8.485, de 03 de julho de 1987, ao que dispõe a Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989.

Avaliando a matéria, e constatando-se que a mesma atende ao que preceitua a Carta Magna Paranaense, manifestamos o nosso desejo de ver aprovada a presente Proposição.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 613/91

P A R E C E R:

Oriundo da mensagem governamental nº 158/91, o projeto de lei em tela objetiva dar nova redação ao artigo 17, da lei 8.485, de 03.06.87, que trata da estrutura básica do Poder Executivo no sistema da administração pública do Estado do Paraná, transferindo a coordenadoria estadual de Defesa Civil do âmbito da Secretaria de Segurança Pública para a Casa Militar, em razão da norma constante do inciso II do artigo 51 da Constituição do Estado.

No âmbito a que esta Comissão é chamada a opinar, somos de parecer favorável à aprovação da matéria por esta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.92

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

006/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 004/92, que autoriza o Poder Executivo a, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, ceder ao Banco do Estado do Paraná S/A o imóvel de propriedade do Estado. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 28.02.92, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 006/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a, nos termos do Art. 10 da Constituição Estadual, ceder ao Banco do Estado do Paraná S/A o imóvel de propriedade do Estado.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada havendo que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 006/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei em tela tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a, nos termos do Art. 10 da Constituição Estadual, ceder ao Banco do Estado do Paraná S/A o imóvel de propriedade do Estado.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se em seu parecer favorável à tramitação do referido projeto de lei.

Assim sendo, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar, segue o encaminhamento da Comissão supracitada, pronunciando-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 006/92.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.03.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 007/92, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Banco do Estado do Paraná S/A o imóvel situado na cidade de Flórida, conforme específica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 28.02.92, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 008/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 07/92, visa o projeto de lei em análise, autorizar o Poder Executivo a ceder, temporariamente, ao Banco do Estado do Paraná S/A imóvel de propriedade do Estado, com benfeitorias, localizado na confluência da Avenida Ipiranga com a Rua Colorado, no Município de Flórida.

A cessão, que vigorará por 4 (quatro) anos, destina-se única e exclusivamente ao funcionamento de agência bancária do BANESTADO naquela localidade, ficando o cessionário responsável pela conservação, guarda e proteção do imóvel, sem direito a qualquer ressarcimento.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, nada obsta a aprovação do presente projeto de lei, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 008/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 07/92, objetiva o projeto de lei em consideração, autorizar o Executivo Estadual do Paraná ceder, temporariamente, ao Banco do Estado do Paraná S/A imóvel de propriedade do Estado, com benfeitorias, localizado na confluência da Avenida Ipiranga com a Rua Colorado, no Município de Flórida.

A cessão, que deverá vigorar por 4 (quatro) anos, conforme alega a peça inicial do Poder Executivo, destina-se única e exclusivamente ao funcionamento de agência bancária do BANESTADO naquela localidade, ficando o cessionário responsável pela conservação, guarda e proteção do imóvel, sem direito a qualquer ressarcimento.

Analisada a matéria por esta Comissão, não foi encontrado óbice algum que reprovasse a intenção do ora projeto de lei. Assim sendo, somos pela aprovação da proposta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.03.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 11/92, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que denomina Rodovia de Vereador Sady Marcondes Loureiro. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. -

PROJETO DE LEI Nº 011/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Vereador SADY MARCONDES LOUREIRO a rodovia PRT-449, que liga os municípios de Palmas e Mangueirinha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 18.02.92.

(a) NEIVO BERARDIN

JUSTIFICATIVA:

Palmense, povo honrado, ativo, faz jus à carinhosa denominação de Pê Vermelho, exemplo deste povo SADY MARCONDES LOUREIRO, nascido em Palmas, no Estado do Paraná, no dia 21 de agosto de 1905.

Político atuante na região, Sady Loureiro foi vereador e Presidente da Câmara Municipal de Palmas, além de Presidente do Diretório Municipal do PSD por vários períodos.

Quando da fundação da Cooperativa Agropecuária Palmense, foi ativo sendo sócio fundador e exercendo o cargo de Vice-Presidente.

Pelos seus feitos, o reconhecimento da comunidade aconteceu em 1984, recebendo do então Prefeito Municipal, Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, a honraria da medalha do mérito palmense, a mais alta comenda do Executivo Municipal.

Cumprida sua missão na terra, o Todo Poderoso convida-o a fazer parte do seu Reino, acontecendo o seu falecimento em 17 de agosto de 1988.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 11/92

P A R E C E R:

Propõe o autor denominar de Vereador Sady Marcondes Loureiro a Rodovia PRT-449, que liga os Municípios de Palmas e Mangueirinha.

O projeto não contém nenhum entrave legal, levando-nos a propor sua apreciação em plenário e conseqüente aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 011/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Neivo Berardin, o Projeto de Lei nº 011/92, tem por finalidade denominar a Rodovia PRT-449, que liga os Municípios de Palmas e Mangueirinha, de Rodovia Vereador Sady Marcondes Loureiro.

A proposição em pauta, tem por justi-

ficativa, o fato de Sady Loureiro ter sido um político atuante na região e um homem de grandes feitos.

Da análise do referido projeto, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em razão de não haver nenhum óbice para sua aprovação, opina favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

- Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, quero registrar que o fato de não conhecermos este cidadão que se homenageia com seu nome esta rodovia, voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente não dá para conhecer porque esta pessoa já faleceu.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Nem o conhecíamos quando vivo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 11/92, que integram o anexo III da Lei nº 9.877, de 23 de dezembro de 1991, as seguintes categorias funcionais; Inspetor de Presídio e Técnico de Administração, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 12, de 10.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 43/92

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei nº 43/92, encaminhado a esta Casa por intermédio da Mensagem Governamental nº 11/92, de 09 de março do corrente, através da qual o Excentíssimo Sr. Governador do Estado submete à apreciação desta Casa o referido projeto de lei dispondo que as categorias funcionais de Inspetor de Presídio e de Técnico de Administração, esta com a denominação alterada para "Administrador", passam a integrar o Anexo III desta Lei nº 9877/91, a fim de adequar as citadas classes funcionais à estrutura vigente, verificamos que a proposição obedece aos preceitos constitucionais que regulam a matéria, estando, por conseguinte, em condições de ser aprovada pelo douto Plenário.

Logo, o nosso parecer é favorável à matéria.

Sala das Comissões, em 17.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 43/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 43/92, encaminhado a este Poder através da Mensagem do Excentíssimo Sr. Governador do Estado, de nº 11/92, dispõe que as categorias funcionais de Inspetor de Presídio e Técnico de Administração passem a integrar o Anexo III da Lei nº 9877/91, sendo esta última categoria alterada sua denominação para "Administrador", adequando desta forma à estrutura vigente. Na apreciação do projeto, verificamos tratar-se apenas de uma adequação, sendo já procedido estudo pela Secretaria da Administração e por outro lado transformar a nomenclatura de uma categoria adequando-a aos termos da legislação federal.

Tendo o referido projeto de lei passado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, e dela ter recebido parecer favorável, nada encontramos que impedisse sua tramitação normal, devendo ser apreciada pelo soberano Plenário.

Dessa forma, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07.04.92.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 71/92, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPIRITA LUZ ETERNA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 23.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 071/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 71/92, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, visa declarar de Utilidade Pública o Centro Espirita Luz Eterna, com sede e foro no Município de Curitiba.

A matéria está perfeitamente de acordo com o exigido na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto qualquer óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que impeçam a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, somos de parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
MARIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 75/92, de autoria do Deputado NELSON JUSTUS, que declara de Utilidade Pública a CASA DO CAMINHO, conforme especifica. Com

PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 24, de 30.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 075/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 75/92, de autoria do nobre Deputado Nelson Justus, visa declarar de Utilidade Pública a Casa do Caminho, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

A matéria está perfeitamente de acordo com o exigido na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto qualquer óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que impeçam a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
MARIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 78/92, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro na cidade de São João do Caiuã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 25, de 31.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 078/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Cleiton Kielse, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de São José do Caiuã.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma atende aos preceitos contidos na Lei n° 6994, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do presente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 81/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a

ASSOCIAÇÃO DAS AMIGAS DE CARENTES E QUEIMADOS, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26, de 01.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 081/92

P A R E C E R:

O ilustre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação das Amigas de Carentes e Queimados, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, encontramos em conformidade com a Lei n° 6994, de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental, para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 07.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de n°s 420 a 423, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 404, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 401, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 405 e 406, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 402, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 409, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 410 e 411, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 413 a 415, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 418, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 419, de autoria do Sr. Deputado Algacil Tólio, constante do expediente. - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito a leitura desse requerimento; nós não entendemos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, como líder, deve conhecer o Art. 204.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não entendi nem isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Recurso às Casas dos Estudantes. Vossa Excelência foi presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Só queríamos ter certeza se era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 426, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 431, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Toti Colação, Paulo Maia, Mário Bezerra e Elio Rusch, com apoio dos Srs. Deputados José Tavares, Dr. Rosinha, Lourenço Fregonesse e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 429, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, constante do expediente. - Deferido em forma de apelo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, como oriundo da EMATER, temos interesse, evidentemente, em todos os assuntos que tratam de funcionários dessa empresa.

No entanto, Sr. Presidente, entendemos que, a questão de demissão, nomeação ou contratação de funcionários, é prerrogativa específica do Poder Executivo e de suas empresas vinculadas.

Entendo que não é da competência da Assembléia Legislativa aprovar um requerimento nesse sentido. Apelo a Vossa Exce-

lência que esse requerimento não seja recebido e se o for, seja transformado em apelo por parte dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência. O ofício será encaminhado em forma de apelo dos Srs. Deputados Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha.

Requerimento de nº 430, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, Cleiton Kielse, Paulo Maia, Cezar Silvestri, constante do expediente. - Aprovado.

A Mesa indaga aos Srs. Deputados. Primeiro, se esse seminário é instituído nacionalmente?

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para esclarecer a todos.

Neste seminário, vamos apresentar à sociedade o relatório elaborado pela comissão que visitou as reservas indígenas.

Inicialmente apresentaremos aos Srs. Deputados esse relatório. Após a discussão desse Plenário, que será antes do dia 23, neste mesmo dia 23 apresentaremos este relatório para o conhecimento da sociedade, debatendo junto com as pessoas que estamos propondo neste requerimento.

É esta a razão e o final daquela comissão; são as conclusões dos trabalhos apresentando à sociedade.

Quanto às questões de despesa, queremos colocar, seriam as despesas gráficas para a divulgação do evento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não entendeu bem. O seminário é patrocinado pela Assembléia ou tem outra origem?

O DR. ROSINHA - Só a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter o requerimento em duas votações.

Os Srs. Deputados que aprovam o Seminário Guarani-Caigangue: Inimigos Míticos no Passado, Aliados Políticos no Presente, conservem-se como estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Antes de deliberarmos sobre o assunto, há necessidade de maiores esclarecimentos ao Plenário.

Então solicito a Vossa Excelência que esclareça ao Plenário devidamente o que iremos decidir nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Deputados requerem o Plenário para: 09:00 às 18:00 horas do dia 23, para abertura do Seminário Guarani-Caigangue: Inimigos Míticos no Passado, Aliados Políti-

cos no Presente.

Segundo informações do Deputado Dr. Rosinha, é seminário instituído pela Assembleia. Para que isso aconteça, a Assembleia terá que aprovar esse seminário.

Os Srs. Deputados que aprovam esse seminário, conservem-se como estão. - Aprovado.

Atendido o requerimento, a Assembleia vai ceder o Plenarinho no dia 23, das 09:00 às 18:00 horas. A matéria gráfica que será usada pelo Seminário, será às expensas da Assembleia Legislativa.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Já aproveitamos a oportunidade, após a aprovação, para convidar a todos os Deputados para se fazerem presentes, apesar de já terem tomado conhecimento anteriormente do relatório que apresentaremos neste Plenário. Então, tentaremos envolver a sociedade organizada e dar conhecimento do trabalho da Assembleia Legislativa, neste dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 393, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 363, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 432, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 365, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

A Mesa registra a presença em Plenário, do Presidente do Diretório Municipal do PSDB de Guarapuava, Antônio Márcio Ebinka.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 080/91.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 002/92.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 60/91.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 473 e 613/91, 006, 008, 011, 043, 071, 075, 078 e 081/92.

Levanta-se a sessão.